

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Crianças em situação de rua no Moxico, República de Angola

Maria Francisca Franco Frazão

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

Agradecimentos

Este trabalho só foi possível graças à colaboração e carinho de muitos que estiveram presentes ao longo deste percurso.

Agradeço aos rapazes com quem me cruzei por terem possibilitado a realização deste trabalho, através da partilha das suas histórias e envolvimento nas suas rotinas diárias. Agradeço também aos funcionários do Lar “Ana Jetu” e ao bispo de Luena, Dom Tirso Blanco, pela abertura e cooperação demonstrada ao longo de todo o processo.

Agradeço à congregação do Sagrado Coração de Jesus, na pessoa do Padre David Meiro, e em especial aos missionários em Angola: Padre Amaro, Padre Jorge, Padre Domingos, Padre Bartolomeu e Irmão José Manuel por todo o apoio e disponibilidade dado no terreno.

Agradeço às Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, Irmã Ana Maria, Irmã Lurdes, Irmã Jandira e Irmã São, bem como às aspirantes, a hospitalidade com que me receberam e a oportunidade de estender a minha permanência em Luena, de forma a poder estar mais tempo com os rapazes do Lar “Ana Jetu”. Sem esta ajuda não teria sido possível finalizar este trabalho.

Agradeço à minha família por toda a compreensão e por terem sido incansáveis ao longo dos últimos dois anos, estimulando e incentivando a que fizesse este trabalho.

Agradeço aos meus amigos por me incentivarem a não desistir e pela amizade demonstrada em todos os momentos. Em especial, agradeço ao Vítor Spínola que tornou possível a operacionalização do trabalho de campo, por toda a paciência, optimismo e amizade.

Agradeço ao meu namorado pela sua presença ter tornado este caminho mais leve e gratificante, bem como pelos contributos oportunos através da leitura das diferentes versões e sugestões dadas.

Agradeço à minha Orientadora, Professora Doutora Maria João Pena, por me ter incentivado e entusiasmado a seguir o sonho de conhecer melhor a realidade destes rapazes. A ter estado sempre disponível para acolher as minhas dúvidas, pela compreensão nos momentos de maior desânimo e pelo cuidado na linguagem e no trato que teve para comigo de forma a que eu não desanimasse.

Por fim, dou graças a Deus por me ter ajudado a transformar o cansaço e desmotivação em persistência, empenho e altruísmo.

Resumo

Esta dissertação de mestrado visa estudar a realidade das crianças de rua de Luena, na República de Angola. Procurar-se-á compreender os motivos que levaram estas crianças a optar por sair das suas casas e a procurar soluções na rua e os motivos que, numa segunda instância, as levaram a querer voltar para casa ao aceitarem a proposta de reintegração familiar de uma instituição.

Para esta investigação optou-se por explorar a história de vida de alguns rapazes acolhidos no Lar Ana Jetu e assim compreender de que forma se desencadearam os vários acontecimentos até chegarem à decisão de regressar a casa. Além disso, foi também explorada a importância do papel do assistente social do Lar e o apoio que este prestava às crianças.

Em relação à metodologia, o paradigma adoptado foi o qualitativo de natureza indutiva tendo como foco compreender e interpretar os significados por trás das acções dos entrevistados. Como técnicas de recolha de dados foram utilizadas a entrevista, observação participante e análise documental sobre o projecto.

No final da investigação ficou claro que o principal motivo que levou os entrevistados a sair de casa é o mesmo que os faz aceitar a proposta do assistente social quando este os encontra na rua: a procura por melhores condições de vida. As crianças não aceitam ir para a instituição pela possibilidade da reintegração familiar, mas sim por saberem que vão poder ter acesso a alimentação, educação e um ambiente seguro. Isto torna a possibilidade da reintegração familiar numa consequência e não numa causa.

Palavras-chave: Crianças de/na rua; República de Angola; Serviço Social; *advocacy*

Abstract

This master thesis aims to study the reality of street children in Luena, Republic of Angola. We will seek to understand the reasons why these children chose to leave their homes and look for solutions on the street and the reasons that, in a second instance, made them go back home by accepting the proposal for family reintegration from an institution.

For this research it was decided to explore the life story of some boys who were welcomed at Ana Jetu Home and thus understand how the various events were triggered until they came to the decision to return home. In addition, the importance of the role of the Home social worker and the support he provided to children was also explored.

Regarding the methodology, the paradigm adopted was the qualitative one of inductive nature focusing on understanding and interpreting the meanings behind the actions of the interviewees. Data collection techniques were interview, participant observation and document analysis about the project.

By the end of the investigation it became clear that the main reason why respondents left home is the same reason that took them to accept the social worker's proposal when he meets them on the street: the search for better living conditions. Children do not accept going to the institution because of the possibility of family reintegration, but because they know they will be able to access food, education and a safe environment. This makes the possibility of family reintegration into a consequence rather than a cause.

Key-words: Street children; Republic of Angola; Social Work; advocacy

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Glossário de siglas	vi
INTRODUÇÃO	1
1. CONCEITO DE CRIANÇA.....	3
1.1. Crianças e jovens em risco ou perigo	5
2. REPÚBLICA DE ANGOLA	7
2.1. A guerra na República de Angola	7
2.2. A Província do Moxico	8
2.3. Criança em situação de rua na República de Angola.....	10
3. CRIANÇAS DE RUA.....	11
3.1. Quem são	11
3.2. A saída de casa	15
4. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL	17
5. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	22
5.1. Campo empírico.....	23
5.2. Universo e amostra	25
5.3. Técnicas de recolha e tratamento de dados	25
6. OS RAPAZES DO ANA JETU	29
6.1. Caracterização da amostra	29
6.2. História familiar	31
6.3. Vida na rua	35
6.4. Vida no Lar	38
6.5. Papel do assistente social.....	43
CONCLUSÃO.....	46
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	I
ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTA SOBRE “HISTÓRIAS DE VIDA DAS CRIANÇAS DO LAR ANA JETU”	I
ANEXO B – PERGUNTAS GERAIS DE ENTREVISTA AO ASSISTENTE SOCIAL	IV
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DOS RAPAZES	V
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO ASSISTENTE SOCIAL	VI
ANEXO E – DECLARAÇÃO DO LAR “ANA JETU”	VII

Glossário de siglas

CADBEC - Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança

CNPDPJ – Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

IAC – Instituto de Apoio à Criança

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

VIS – Volontariato Internazionale per lo Sviluppo (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento)

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Mestrado em Serviço Social no ISCTE-IUL. Esta área tem um papel essencial na sensibilização e intervenção para que se possam prevenir futuros casos de injustiça social e desigualdade. Neste seguimento, todos os dias entram pelas nossas casas, seja pelos media ou nas redes sociais, notícias de outras realidades que contrastam com a nossa. Sendo este mestrado em Serviço Social, o olhar sobre estas realidades torna-se mais clínico e preocupado, atribuindo aos assistentes sociais uma causa nobre e uma responsabilidade superior em conseguir chegar a estas populações vulneráveis. Depois de conhecer o terreno e entrar em contacto com a realidade angolana, ficam ainda mais claras as disparidades existentes no mundo actual. A República de Angola encontra-se ainda em recuperação de um período de quatro décadas de guerra que resultou numa grande instabilidade a nível económico e social (UNICEF, 2015:17). Apesar do esforço que tem sido feito para reerguer o país, a República de Angola ainda enfrenta vários problemas que trazem consequências graves para os seus habitantes, com especial incidência na população mais jovem. Este facto agrava-se quando olhamos para os números e observamos que a maioria da população tem até 18 anos (54,3%)¹ e que, destes, 34,7%¹ são crianças abaixo dos 5 anos. Entre os vários problemas que esta sociedade enfrenta podemos nomear como exemplos: a falta de saneamento básico e a muito baixa qualidade de vida para uma grande parte da população. Esta classificação da qualidade de vida deriva, em grande parte, do facto da principal forma de habitação da população angolana ser realizada com recurso a casas de chapa sem qualquer tipo de energia eléctrica ou acesso directo e imediato a água potável². Como consequência dos exemplos dados, que também passa pela falta de cuidados médicos e pelo pouco acesso a medicação, derivam, por exemplo, uma alta mortalidade infantil³ e um trabalho precário que, na maioria dos casos, se revela apenas de subsistência. Além de todas estas dificuldades, temos ainda, como vai ser explorado nesta dissertação, as crianças em situação de rua. Como será abordado mais à frente, todos estes problemas que foram apresentados contribuíram de alguma forma para a tomada de decisão destas crianças que viram na rua a sua única forma de sobrevivência.

A partir deste tema existiam vários caminhos para a investigação. No entanto, ao conhecer o projecto do Lar “Ana Jetu” e os rapazes que acolhe, no interior da República de Angola, mais especificamente em Luena, o que despertou maior interesse em investigar foi compreender o que os motivou a sair de casa para depois aceitar a proposta da instituição,

¹Dados referentes a 2015, recolhidos do relatório: “The state of the world’s children 2016: a fair chance for every child”, elaborado pela UNICEF (2016)

²51% da população¹

³15,7%, sendo que a República de Angola lidera o ranking mundial, no que diz respeito ao número de mortes abaixo dos 5 anos por 1000 nascimentos¹

que tem como objectivo reintegrá-los na família e comunidade de origem, formulando-se assim a pergunta de partida. Neste seguimento a pergunta de partida formulada foi: “o que levou os rapazes, que residem no Lar Ana Jetu, a irem viver para a rua e depois os fez querer voltar para casa por meio da instituição?”. Para melhor responder a esta pergunta foram elaborados objectivos. Como objectivos gerais definiu-se ser importante “compreender a problemática das crianças de rua”. De forma a alcançar estes objectivos foram delineados objectivos específicos: “compreender as trajectórias das crianças desde que deixam a família até à reintegração”, “caracterizar as necessidades e problemas destas crianças” e “caracterizar o papel do assistente social na intervenção com os meninos de rua”.

De forma a melhor enquadrar a nível teórico este trabalho, irão ser explorados os seguintes temas: o conceito de criança, e dentro deste as crianças e jovens em situação de risco ou perigo; crianças de rua, onde será feito o percurso da definição do conceito e compreenderá os factores que estão associados à saída de casa; o papel do assistente social, uma vez que se trata de uma população muito vulnerável e de um contexto de grande perigo, o profissional da área social vê na sua profissão uma grande responsabilidade em reverter a situação destas crianças, integrando-as de volta nas suas famílias ou, em último caso, em instituições preparadas para o efeito; e, por fim, a República de Angola, uma vez que é o contexto onde o trabalho de campo foi desenvolvido.

Entendeu-se que não haveria melhor forma de conhecer estas crianças e as suas motivações senão falando com as próprias. Assim, a metodologia que pareceu mais adequada foi a abordagem qualitativa com recurso à técnica de entrevista semi-estruturada, com um guião que possibilitasse uma aproximação à entrevista em profundidade, de modo a conseguir dar voz às motivações dos sujeitos e captar as suas percepções. De forma a ser possível um melhor resultado, investiu-se na observação participante, através da realização de actividades e participação das rotinas das crianças, o que levou a um aprofundamento da compreensão das vivências destas crianças.

Posteriormente, será feita uma análise dos dados recolhidos. Nesta análise, procura-se dar sentido aos relatos das crianças de modo a que vão constituindo, para nós, pistas que ajudem a responder à pergunta de partida que orientou a investigação. Por fim, serão apresentados os resultados da análise e conclusões daí resultantes.

1. CONCEITO DE CRIANÇA

Sendo este trabalho sobre as crianças, torna-se necessário definir a sua condição. A Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, Art. 1º, 1990: 6) e a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (Art. 2, 1990: 3) estão de acordo definindo-a como “todo o ser humano com uma idade inferior a 18 anos de idade”, sendo que a primeira ressalva que se aplica a este conceito são os casos em que a lei nacional não reconhece a maioridade mais cedo.

Para Mauluquela (2009: 10), a criança pode ser vista de duas formas diferentes. Uma primeira objectiva e outra subjectiva. A primeira foi apresentada anteriormente. Em relação à visão subjectiva varia consoante a sociedade, religião ou grupo étnico em que a criança está inserida, mas, segundo a autora, “há um elemento comum definidor que a distingue do ser adulto: é a percepção de (in)capacidades biológica e psicológica atribuídas a esta”. Esta é uma visão que os actores sociais criam a partir do dia-a-dia. Neste seguimento, não devem ser atribuídas determinadas responsabilidades de adulto às crianças, uma vez que não apresentam a capacidade biológica ou psicológica necessária (Save The Children, 2003, *citado por* Mauluquela, 2009: 10). Conseguimos perceber que esta visão em nada tem a ver com a idade, mas sim com “(...) um conjunto de transformações de carácter físico e mental” (Mauluquela, 2009: 11).

Como defende Carvalho dos Santos (2012: 16), a Convenção orienta-se por quatro princípios básicos, dos quais pensamos ser pertinente destacar o superior interesse da criança (Art. 3º), onde esta deve ser a principal preocupação em qualquer decisão que se tome sobre a mesma; e o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (Art. 6º) que diz respeito à responsabilidade que recai sobre o Estado na promoção da vida da criança garantindo a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Clemente (1998: 19) recorda-nos que a criança sempre foi vista como alguém “(...) frágil, inferior, versão incompleta de um adulto”. A autora vai mais longe, dizendo que a atitude dos adultos perante as crianças estava assente numa concepção simplista, onde apenas interessava satisfazer as necessidades básicas até estas chegarem à fase adulta. Numa visão como esta, não é tido em conta “(...) o respeito pela individualidade, formação da personalidade, especiais necessidades, aspirações, motivações ou interesses” levando a que não existisse discussão sobre os direitos da criança (Clemente, 1998: 19).

Nos anos 50, a criança começa a ser vista de outra forma. Não perdendo o estatuto de frágil e imatura, passa a ser percepcionada como um ser de “corpo inteiro” e autónomo, mas que precisa de apoio e protecção por se encontrar “(...) em processo de crescimento e transformação” (Clemente, 1998: 20). É no final desta década que surge a Declaração dos

Direitos da Criança pelas mãos das Nações Unidas. Com este acontecimento marca-se uma viragem no campo da infância e juventude e inicia-se a discussão acerca das problemáticas que lhes estão afectas. Contudo, a mudança não foi imediata, uma vez que ainda demorou algum tempo até os vários países compreenderem aquilo que era necessário fazer e, posteriormente, criar condições para tal.

Segundo Fernandes (1997, *citado por* Koppele, 2012: 13), no final dos anos 80, foi sugerida uma nova visão sobre a criança e a sua infância. Esta nova visão sugere que a criança deve ter uma infância feliz e que deve poder desenvolver-se a todos os níveis. No entanto, a autora Brenda Koppele (2012) levanta a questão sobre o alcance desta nova visão a todos os países do mundo, mais especificamente a República de Angola. Efectivamente podemos considerar que, infelizmente, esta visão não se aplica ao caso angolano uma vez que os níveis de pobreza na generalidade do país ainda são muito elevados e há crianças a viver em condições que não lhes permitem um desenvolvimento completo e saudável. Juntamente com esta nova visão vêm os direitos que lhe estão associados. Contudo, a autora chama a atenção para a dificuldade na implementação dos mesmos uma vez que a própria visão não se adequa à sociedade angolana.

Fernandes (1997, *citado por* Koppele, 2012: 13) afirma que “a Convenção dos Direitos da Criança é um documento que reconhece a individualidade e personalidade de cada criança, sendo salvaguardada quer a sua protecção quer a sua liberdade”. Apesar disso, para Koppele (2012: 13) estes dois aspectos não se verificam na sociedade angolana, onde “preservar rituais e maneiras de viver” é muito mais importante. Um dos exemplos dados por Koppele (2012) é o da feitiçaria e de como isso pode afectar as crianças. Estas são muitas vezes acusadas de estarem possuídas e por isso, de serem feiticeiras (Peréz, 2006 *citado por* Koppele, 2012: 13) o que terá implicações no seu desenvolvimento e futuro, uma vez que a esta acusação está associada a discriminação.

Uma das consequências desta Convenção é, como indica Fernandes (1997 *citado por* Koppele, 2012: 14), comprometer os Estados para que sejam responsáveis por cada criança. Sabe-se que a República de Angola assinou a Convenção dos Direitos da Criança e que apresentou um relatório sobre a implementação da mesma, porém a sociedade está assente em valores diferentes e que nem sempre vão de encontro àquilo que é proposto pela Convenção. Como defende Fernandes (1997 *citado por* Koppele, 2012: 14), “os direitos da criança têm que estar visíveis na sua infância”, mas a realidade que se verifica é que, muitas vezes, os países não alteram a sua abordagem para com esta população e, dessa forma, fica impossível de aplicar os direitos que foram reconhecidos pelo Estado. Koppele (2012: 14) vai mais longe e fala da necessidade de uma “(...) mudança de mentalidades e valores sociais”

por parte do povo angolano, pois são os valores baseados na tradição que frequentemente guiam o comportamento e que impedem a implementação dos direitos da criança.

O primeiro passo é reconhecer que a criança tem importância e que nela está “(...) a contribuição crucial na construção e reprodução das sociedades” não só de um ponto de vista biológico, mas também como impulsionadoras da mudança e transformação das sociedades (Clemente, 1998: 21). Estando reconhecido o valor da criança, é importante que os países e os seus respectivos Estados alterem a visão que têm sobre a mesma baseando-se “(...) no «interesse» que ela (criança), enquanto grupo social e agente de mudança, representa para o desenvolvimento das sociedades” (Clemente, 1998: 21). Finalmente, é necessário atribuir às crianças os direitos que coincidem com a nova visão das mesmas. Assim, já não é suficiente garantir a satisfação das necessidades básicas, mas é preciso também conceder direitos para uma vida com dignidade, que possa ser activa e participante na sociedade em que se inserirem (Clemente, 1998: 21).

Clemente (1998) alerta para uma realidade bastante presente no nosso quotidiano e meios de comunicação: “(...) muitas crianças e jovens, vítimas de toda a espécie de violações dos seus direitos fundamentais, sujeitas a múltiplos factores de risco que comprometem o seu processo de socialização e de desenvolvimento equilibrado e seguro”. Estas são mais comumente apelidadas de “crianças e jovens em perigo”, pois as suas carências estão postas em causa e, não sendo alteradas as condições, pode levar ao desenvolvimento de más condutas.

1.1. Crianças e jovens em risco ou perigo

Como aponta Mauluquela (2009), a partir do momento em que se define a situação normal de criança, podemos encontrar aquelas que não cabem nesta definição. Aí e, segundo a UNICEF, podemos encontrar quatro tipos: “(...) crianças em situação de alto risco, crianças na rua, crianças da rua e crianças abandonadas” (Mauluquela, 2009: 12).

Para chegarmos ao conceito de criança de/na rua, comecemos por entender quem são as crianças e jovens em risco ou perigo.

Como podemos ler no Portal da CNPDPCJ, o conceito de risco é mais abrangente do que o conceito de perigo. O primeiro diz respeito a situações de potencial perigo para os direitos das crianças, não atingindo a mesma probabilidade de ocorrer em relação às situações de perigo real. Contudo, situações de risco que não sejam cuidadas podem transformar-se em situações de perigo “(...) na ausência de factores de protecção ou compensatórios” (site do Portal da CNPDPCJ, 2018). Apesar disso, uma situação de perigo não provém

necessariamente de uma situação de risco, podendo a primeira ser originada por uma situação de crise.

A lei portuguesa de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo considera como situação de perigo:

estar abandonada ou viver entregue a si própria, não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal, ser obrigada a actividades ou trabalhos excessivos/inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento e estar sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação (site do Portal da CNPDPCJ, 2018).

2. REPÚBLICA DE ANGOLA

A República de Angola situa-se na África Ocidental com uma superfície de 1 246 700 km². Conta com uma fronteira marítima de 1650 km e uma fronteira terrestre de 4837 km (Bahu, 2013: 2), e fica situado entre o equador e o trópico de Capricórnio (Enciclopédia “Geografia do Mundo”, 2004: 204). Faz fronteira com o Oceano Atlântico a oeste; com a Namíbia a sul; com a Zâmbia a este; e com a República do Congo e a República Democrática do Congo, a norte. É considerado o sétimo maior país do continente africano contando com a província de Cabinda, que se encontra separada do resto do país por uma parte do território da República Democrática do Congo. O país apresenta um clima tropical com duas estações: cacimbo, estação mais seca e que dura de Maio a Setembro, e das chuvas, estação mais quente que dura de Setembro a Maio. Este clima varia ao longo do país: se a oeste conta com pouca chuva, esta é mais abundante no interior. No Sul quase não há registo, sendo a zona mais seca do país (Enciclopédia “Geografia Mundo”, 2004: 204).

Relativamente à população, a República de Angola tem cerca de 12 milhões de habitantes, sendo equilibrada entre população masculina e feminina (49,3% e 50,7%, respectivamente) (site Embaixada da República de Angola, 2018). A capital de Angola ou da República de Angola, como é oficialmente conhecido, é Luanda. A língua oficial do país é a língua portuguesa. A população é composta por povos de origem banta, destacando-se três povos principais: os Ovibundos (37%), os Quimbundos (25%) e os Bacongos com apenas 13% da população (Enciclopédia “Geografia Mundo”, 2004: 205).

2.1. A guerra na República de Angola

No início dos anos 60, iniciou-se a guerra contra o colonialismo português. Este conflito armado teve na sua liderança três movimentos de libertação angolanos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Contudo, a revolução de 25 de Abril de 1975 concedeu a independência à República de Angola. Infelizmente, este evento não significou o fim da guerra uma vez que se iniciou um novo conflito entre os três movimentos pela governação do país (Azevedo, 2014: 5).

A guerra civil, que durou quase 30 anos, pode ser dividida em dois momentos: um primeiro até 1991, altura em que foram assinados os Acordos de Bicesse, tornando possível a realização das primeiras eleições. Este momento serviu de palco para a Guerra Fria, sendo o MPLA apoiado por Cuba e União Soviética e a UNITA apoiada pelos Estados Unidos da

América, Zaire e África do Sul. A FNLA apesar de ter começado o conflito como apoiante da UNITA, acaba por sair de cena pouco depois do mesmo começar; e um segundo momento de 1992 até 2002, quando terminou a guerra com a morte do líder da UNITA e assinatura dos Acordos de Luena que proclamavam a paz para o país. Este segundo momento foi marcado pela recusa por parte da UNITA do resultado das eleições, que deram a vitória ao MPLA, sendo que esta foi reconhecida como justa pela ONU (Azevedo, 2014: 6).

Qualquer conflito armado traz consequências e, como seria de esperar, depois de tantos anos em guerra, a República de Angola ficou destruída não só a nível de infraestruturas, mas também a nível da população, colocando-a num dos países menos desenvolvidos do mundo (VIS, 2012: 7). Para além dos milhões de mortos, fez com que muitos fugissem para o interior do país e que milhares de crianças ficassem órfãs. Além disso, houve um grande desgaste dos recursos naturais, quebra na produção, quer de bens, quer de serviços e, ainda, na produção agrícola o que levou à escassez alimentar. Por estes motivos, as importações aumentaram, aumentando também os preços de mercado (Azevedo, 2014: 7). Todos estes factores contribuíram para que as desigualdades sociais se agravassem, podendo-se considerar que houve um “(...) abandono por parte do Estado das populações afectadas pelo conflito” (Azevedo, 2014: 8). Este abandono provocou graves problemas a nível da “(...) educação, saúde, saneamento básico, abastecimento de água potável e energia eléctrica” (Messiant, 2008 e Lopes, 2011 *citados por* Azevedo, 2014: 8).

As consequências da guerra fizeram com que as características dos agregados familiares se alterassem. As mulheres, muitas delas enviuvaram, o que fez com que tivessem de se tornar as chefes de família. Em relação às crianças, a maioria teve de passar a contribuir para o sustento da família e delas próprias, começando a trabalhar desde muito cedo. Para além disso, ficaram impedidas de ir à escola e acumularam traumas terríveis, com todas as situações de violência a que assistiram e pelo ambiente em que viveram (Carvalho, 2008 *citado por* Azevedo, 2014: 8).

2.2. A Província do Moxico

É considerada a maior das províncias angolanas, tendo 223,023 km² de área com cerca de 850.000 habitantes (VIS, 2012: 9) e a sua capital é Luena. O Moxico situa-se no leste da República de Angola, tendo a norte a província de Lunda Sul, a sul encontra-se limitado pela província de Cuando Cubango e a oeste pela província do Bié. Conta ainda com duas fronteiras internacionais: a norte com a República Democrática do Congo e a leste com a Zâmbia.

A constituição da população é muito vasta no que toca aos grupos étnicos. É composta por cokwes, luchazes, luvalés, umbundos, lunda-dembos e bundas (VIS, 2012: 10).

A província do Moxico tem como capital Luena, que conta com uma população diversa. A cidade acolheu muitos dos deslocados durante a guerra e retornados que regressaram ao país no final da mesma. Além disso, era a província com maior presença do partido da UNITA, contando entre os seus habitantes muitos desmobilizados do partido (documento VIS, 2012: 11). Pela população que acolhe, o Moxico foi uma das províncias consideradas “(...) como um contexto prioritário da intervenção pelo governo angolano por causa do abandono e isolamento sofrido” (VIS, 2012: 11).

Considerando que o Moxico foi a província que mais sofreu os efeitos da guerra, uma vez que foi onde esta começou e terminou, as consequências ainda são muito evidentes, sendo o isolamento uma delas. Este facto torna-se claro pela falta de acessos e ligação às restantes províncias, uma vez que os meios que existiam ficaram destruídos (VIS, 2012: 11). Para juntar à falta de estradas, “ainda existem áreas minadas que afectam a mobilidade da população” e progresso da própria província (VIS, 2012: 11).

Apesar do recente crescimento da província, a principal actividade da população é a agricultura de subsistência sendo a mandioca o alimento mais explorado, que serve de base da alimentação da maioria da população. Outros alimentos são produzidos em quantidades mais reduzidas, como é o caso do feijão, do milho ou do mel (VIS, 2012: 11). Além da agricultura, as famílias fazem criação de animais (galinhas e cabritos) permitindo enriquecer a sua alimentação e fazer negócio.

Em 2012, o VIS levou a cabo o levantamento dos principais problemas socioeconómicos e de saúde da cidade de Luena: “analfabetismo”, que está principalmente associado à população feminina e que de certa forma influencia o normal crescimento das crianças; “desnutrição e subnutrição”, que está relacionado com o isolamento da província e com o valor muito mais alto de qualquer produto, uma vez que a maioria dos produtos vem de outras províncias. Além disso, “o Tchokwe é por tradição uma população dedicada ao nomadismo e à caça. Esta natureza nómada reflecte-se na escassa presença de lavouras agrícolas no território, embora haja rios e terrenos fartos para cultivar” (VIS, 2012: 12). Outros problemas são: “habitação precária” que diz respeito sobretudo às habitações na periferia da cidade onde as casas são construídas com areia, madeira ou chapa não garantindo as condições mínimas de higiene, segurança ou bem-estar; “condições sanitárias precárias” que estão associadas ao difícil acesso à água potável, pouco conhecimento das regras básicas de higiene e prevenção de doenças; e, por fim, “degradação ambiental e perda de terras” que está relacionado com as queimadas, uma prática muito comum na população. Esta prática leva a

um maior desgaste do solo e consequentemente reduz o potencial de fertilização. Além disso, o lixo acumulado nos terrenos leva à contaminação dos mesmos (VIS, 2012: 12).

2.3. Criança em situação de rua na República de Angola

Pode considerar-se, segundo Bahu (2013: 5), que as crianças em situação de rua surgiram na República de Angola após o reinício da guerra civil, ou seja, por volta de 1992, quando os dois principais partidos políticos angolanos iniciaram a disputa pela governação do país. Segundo a mesma autora, este conflito originou centenas de refugiados e deslocados de guerra sendo estes, na maioria, mulheres e crianças. Por este motivo, muitas das crianças que andavam pela rua eram reconhecidas como vítimas do conflito, pois teriam ficado órfãs ou sido abandonadas pelos pais. Este grupo de crianças foi então considerado como fazendo parte dos de maior risco relativamente às crianças que não vivem com a família (Bahu, 2013: 5).

Apesar do conflito armado já ter terminado há cerca de 16 anos, os efeitos da guerra ainda são visíveis na forma como a população angolana vive. Resultado do impacto que esta teve a nível social, as crianças viram-se forçadas a ir para as ruas à procura de soluções para aquilo que encontravam em casa, fosse “(...) pobreza, violência física ou mental, desestruturação familiar, exclusão social, protecção e atenção, morte dos pais” (Bahu, 2013: 6). Neste sentido, a mesma autora reforça que “a precariedade das condições sociais são (...) a condição necessária para a «evolução» do fenómeno nas mais diversas partes do globo” (2013: 6). Assim, Koller & Hutz (1996, *citados por* Bahu, 2013: 6) defendem que para além destas crianças enfrentarem a pobreza e tudo o que esta traz consigo, podem ainda “(...) ser vítimas, testemunhas ou até mesmo autoras de abusos, abandono, dificuldades escolares e desestruturação familiar”. Nas palavras de outro autor, as crianças em situação de rua são consideradas como não tendo condições físicas, psicológicas, sociais e emocionais em comparação com a média na mesma faixa etária. Rocha (2009, *citado por* Bahu, 2013: 9) explica este facto tanto pela “miséria económica quanto afectiva” que origina várias consequências.

3. CRIANÇAS DE RUA

3.1. Quem são

Quando se fala em crianças de rua, todas as situações mencionadas no final do primeiro capítulo se verificam e, muitas vezes, acumulam-se com outras que não estão contempladas nestes exemplos.

A definição do conceito de crianças de rua não é consensual. Vários nomes são atribuídos ao mesmo fenómeno, contudo todos concordam que estas crianças e jovens vivem na rua ou, pelo menos, fazem dela o local onde permanecem a maior parte do seu tempo (Sirgado 2017: 35).

À semelhança de outros autores, como veremos mais adiante, Gama (2011: 7) constata que a informação que existe acerca destas crianças é mais focada “(...) nos valores e preconceitos da sociedade em geral do que (n)uma visão objectiva da realidade”.

Podemos afirmar que, a primeira vez que se teve conhecimento do surgimento da criança de rua, foi numa obra intitulada “*La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*”, pelo ano de 1554 (Gama, 2011: 7). Contudo, só mais tarde, no século XX, é que se ficou a conhecer o *Oliver Twist*, retratado por Dickens (Neiva-Silva et al, 2002, citados por Gama, 2011: 7).

Para Bahu (2013: 5), o problema das crianças de/na rua começou a ser estudado nos anos 70 e tinha como principal interesse, quantificar as crianças que viviam nestas condições. O estudo da problemática evoluiu e passou a contemplar outras variáveis como “(...) tempo de permanência na rua ou vinculação familiar” (Bahu, 2013: 5).

No caso de Le Roux (1996, citado por Sirgado 2017: 36), este considera que a utilização da expressão “crianças de rua” surge na década seguinte para caracterizar aquelas que optam por “(...) passar a maior parte do seu tempo na rua em diversas «ocupações»”. Neste seguimento, Neiva-Silva et al (2002, citados por Gama, 2011: 7) afirmam que o termo “criança de rua” foi utilizado pela primeira vez anos mais tarde, em 1851, na obra *London Labour and the London Poor*, de Henry Mayhew.

A primeira definição oficial surge em 1983 pela voz da InterNGO e mais tarde utilizada pelas Nações Unidas (ICCB, 1985 citada por Sirgado 2017: 36): “uma Criança de Rua é qualquer menino ou menina que não alcançou a idade adulta e para quem a rua (no senso mais amplo da palavra, incluindo casas abandonadas, terrenos baldios, etc.) tornou-se a sua habitual fonte de vida e que é inadequadamente protegida, supervisionada ou orientada por adultos responsáveis”. Tendo esta definição por base, Le Roux (1996, citada por Sirgado

2017: 36) acrescenta que para se identificar uma criança de rua são necessários dois factores: a existência de abrigo para esta e o nível de relação que mantém com a família. Através destes dois factores os profissionais reconhecem duas categorias: as crianças *de* rua e que, por isso, vivem, fazem toda a sua vida diária e dormem na rua; e as crianças *na* rua que apenas usam este espaço para trabalhar durante o dia e que à noite retornam a casa para dormir (Szanton, 1994, citada por Sirgado 2017: 36). Mais tarde foi reconhecida uma terceira que inclui crianças que vivem na rua com as famílias e que, por isso, "(...) são socializadas pela dinâmica da rua e pelas leis que ela lhes impõe" (Sirgado, 2017: 36).

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) alia-se a esta categorização e utiliza os termos crianças *de* rua e crianças *na* rua. No entanto, apresenta uma definição mais completa. Considera que as primeiras entraram em cisão com a família ou comunidade em que estão inseridas, seja por abandono destes ou por vontade própria, e que passaram a ser responsáveis por si próprios ainda que possam viver com outras crianças ou jovens na mesma situação. Os seus meios de sobrevivência passam por actividades mais ou menos ilícitas, dormem "(...) em locais destinados a sem-abrigo e com condutas antissociais progressivamente mais graves" (Sirgado, 2017: 36). Em relação às segundas, estas escolhem a rua como local privilegiado para desenvolver as suas actividades, mas mantêm ligação à família ou comunidade.

Para ajudar na construção do conceito de crianças de rua, a UNICEF e o United Nations Center For Humans Rights sugerem quatro categorias básicas, onde dividem estas crianças (Pinto, 2001: 36):

1ª categoria – corresponde ao grupo mais extremo; são as crianças que vivem na rua; estão sem abrigo e vivem no limiar de sobrevivência;

2ª categoria – corresponde às crianças que por algum motivo se desapegaram das famílias e vêm na rua a sua casa; vivem em grupo em zonas deterioradas;

3ª categoria – corresponde às crianças que passam a maior parte do seu tempo na rua, incluindo algumas noites; no entanto mantêm relação com a família, mas por diversas problemáticas vêm na rua um refúgio para as mesmas;

4ª categoria – corresponde às crianças que são filhas de sem abrigo e, por isso, correm um risco mais elevado de se tornarem adultos sem abrigo.

Através desta categorização podemos perceber que a maioria destas crianças não foi abandonada, mas por algum motivo e em algum momento da sua vida, não vêm outra solução senão fugir de casa. Pinto (2001: 37), define crianças de rua como aquelas que têm de "(...) procurar na rua a sua sobrevivência/ vivência".

Gama (2011: 9) considera que todas as crianças de rua têm características que se assemelham em relação à cultura que criam. Essa cultura caracteriza-se pela “(...) marginalização, pela formação de gangs juvenis e pela falta de confiança na figura adulta, nomeadamente nas autoridades”. Para estas crianças e jovens, atributos como a amizade, a bravura, a agilidade e a autonomia para serem independentes são muito valorizados, uma vez que a criação de grupos e colaboração entre todos é essencial para que possam sobreviver e suprimir as necessidades básicas (Luna, 1991, *citado por* Gama, 2011: 9). Para Aptekar (1991, *citado por* Gama, 2011: 9), como resultado dos estudos que desenvolveu, as crianças dividem-se em grupos podendo estes ser de dimensões maiores ou mais pequenas. Os primeiros juntam-se por motivos económicos e os segundos por relações de intimidade (Aptekar, 1991, *citado por* Gama, 2011: 9). O autor acrescenta ainda que as crianças andam juntas durante o dia, mas acabam por se separar à noite à procura de sítio para dormir, sendo que algumas voltam a casa.

É comum ouvir, quer seja na comunicação social, quer seja na opinião pública, que as crianças e jovens de rua são delinquentes, têm ligações à prostituição, às drogas ou estão associadas a “(...) outros problemas sociais de comportamento desviado” (Sirgado, 2017: 35). Para Sirgado (2017: 35) esta é, também, uma posição assumida por vários autores que estudam esta questão. No entanto, e como alerta a autora, a deformação da informação leva a que se desconheçam estas crianças e jovens, a forma como vivem e as razões que os levaram a seguir este rumo.

Para Rosemberg (1993, *citada por* Sirgado, 2017: 35), definir com precisão esta problemática também é uma questão sensível pois a autora considera que as crianças e jovens de rua, sobretudo em países em desenvolvimento, ficam mais vulneráveis a deturpações e desvios de informação disseminados pela opinião pública. Esta construção de informação feita de forma incompleta ou errada leva, muitas vezes, a problemas na intervenção, uma vez que cria “(...) balizas para a acção” inadequadas (Rosemberg 1993, *citada por* Sirgado, 2017: 35).

Na mesma linha de pensamento, Carmo (in Pinto, 2001: 19), reforça a vulnerabilidade a que as crianças de rua estão sujeitas “(...) dada a acumulação de factores negativos que rasgam a sua rede social de apoio, dificultando de forma considerável a sua socialização”. Têm associada à sua condição, o estigma de pobreza e, de certa forma inevitável, a ideia de que apenas sobrevivem às custas da delinquência. Todos estes factores associados fazem com que a criança seja vítima de exclusão, por parte da sociedade.

Contudo, Pinto (2001: 37) interpela para que não se alimentem estes preconceitos, uma vez que isso seria ter “(...) uma visão simplista e limitada, desta problemática claramente mais complexa”.

Aquando do fenómeno de crianças de rua em Portugal, Pinto (2001: 25), afirmava que este não ocorria isoladamente e que em muito se devia às acções e postura de indiferença por parte da sociedade.

Considerando a evolução constante da sociedade, o conceito de crianças de rua torna-se restrito para todas as definições e categorias que foram sendo criadas. Para isso, Koller e Hutz (1996, *citados por* Sirgado, 2017: 38) sugerem a terminologia “crianças em situação de rua”. Para que haja uma forma de seleccionar as crianças em situação de rua, Neiva e Koller (2002, *citados por* Sirgado, 2017: 38) sugerem cinco critérios: “(...) grau de vinculação com a família, tipo de actividade exercida, aparência pessoal, local onde se encontram e, por último, ausência de controlo e supervisão de um adulto”. Estes critérios, como alerta Sirgado (2017), servem para orientar o possível estudo e compreensão deste grupo.

Uma das críticas apontadas por Gama (2011) é o facto de poucos autores atribuírem características positivas às crianças de rua. Giamo e Grunber (1992, *citados por* Gama, 2011: 7) contrariam esta crítica afirmando que “as crianças de rua podem ser vibrantes, sendo capazes de trabalhar arduamente e de revelar raciocínios brilhantes para resolver problemas, ao mesmo tempo que são engraçadas e têm um apurado sentido de humor”. No entanto, estes autores não são os únicos a observarem características positivas. Aptekar (1989, *citado por* Gama, 2011: 8) afirma que, comparando crianças de rua com os irmãos que não saíram de casa, os primeiros apresentam “(...) uma grande resiliência mental e psicológica”. O autor prossegue dizendo que o facto dessas crianças terem abandonado o lar, onde foram “(...) violentadas por inúmeros factores prejudiciais ao seu crescimento” permitiu-lhes criar uma série de capacidades para enfrentar obstáculos (Gama, 2011: 8). Em estudos levados a cabo por Aptekar e Felsman (1989 e 1985, *citados por* Gama, 2011: 8), podemos perceber que a experiência de viver na rua torna as crianças mais autónomas e que, os possíveis transtornos que tenham, podem ter sido causados pelas problemáticas que foram vividas no seio familiar. Além disso, estes estudos afirmam que as crianças de rua podem ser “saudáveis, inteligentes e emocionalmente estáveis” (Aptekar e Felsman 1989 e 1985, *citados por* Gama, 2011: 9). No entanto, a idade da criança e o tempo que viveu na rua são factores bastante consideráveis. Apesar de Aptekar (1989, *citado por* Gama, 2011: 9) ter um papel importante na divulgação dos resultados positivos do estudo, não se esquece que, devido a todos os obstáculos, experiências negativas e traumas que estas crianças guardam, o crescimento e desenvolvimento das crianças de rua pode ter períodos mais conturbados onde as crianças terão de lidar com as consequências daquilo por que passaram.

Contrariando a imagem que mais facilmente é atribuída às crianças em situação de rua, Bonamigo (1996, *citado por* Gama, 2011: 9) defende que as crianças continuam a viver a

infância ao mesmo tempo que arranjam estratégias para sobreviver: “as crianças de rua (...) enquanto adquirem habilidades imediatas de sobrevivência e se preparam para ser adultos, continuam a querer brinquedos, animais de estimação, exigindo privacidade para brincar”.

3.2. A saída de casa

A razão que surge de imediato é a pobreza. Começamos por a definir. Esta é, nas palavras de Amartya Sen (*citado por* Mauluquela, 2009: 16) a “privação de potencialidades” mais do que os poucos rendimentos que as pessoas possam ter. Contudo, o autor não descarta esta última condição, admitindo que a mesma pode levar a uma maior probabilidade da inexistência de competências. Por um caminho semelhante segue a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1997) que diz que a pobreza humana é “a negação das oportunidades e das escolhas mais elementares para uma pessoa ter uma vida longa, saudável e criativa, e beneficiar de um nível de vida adequado, de liberdade, dignidade, auto-respeito e respeito dos outros” (PNUD, 1997 :5). Independentemente de o conceito de pobreza estar mais relacionado com os rendimentos ou com a falta de oportunidades, não há dúvidas de que as crianças de rua são pobres.

A maioria dos estudos feitos sobre esta problemática apontam “(...) a pobreza como um factor primário que leva ao aumento do número de crianças da rua” (Mauluquela, 2009: 3), sendo que esta pobreza em muito se deve aos conflitos armados, pelos quais o país passou durante quase 30 anos. Embora Mauluquela (2009) se manifeste em relação a Moçambique, causas semelhantes podem ser identificadas quando se tenta compreender o fenómeno de crianças de rua na República de Angola.

Um primeiro olhar sobre as crianças de rua pode apontar a pobreza como principal causa. Esta traz consigo vários aspectos como a necessidade de os filhos trabalharem para ajudar no sustento da família, o desmembramento das famílias face às dificuldades que encontram em suportar os filhos, a ausência parental na busca de novas oportunidades e, também, o alcoolismo e violência no seio familiar que originam a fuga da criança como forma de evitar o sofrimento que existe em casa (Mauluquela, 2009: 15).

Neste seguimento, estas crianças ficam associadas a grupos marginais, consequência da exclusão social e pobreza (Mauluquela, 2009: 17). A autora aponta seis factores que podem dar origem à escolha das crianças pela rua, como escape ao sofrimento e dificuldades que encontram no seio familiar:

- a) a pobreza que se traduz no baixo rendimento económico, desemprego, fome e a não satisfação das necessidades básicas;
- b) instabilidade familiar que leva a desintegração

das famílias, cria tensões psicológicas e leva a degradação dos valores morais; c) violência doméstica; d) falta de acesso a educação; e) atractivos urbanos, e f) calamidades naturais (Mauluquela, 2009: 4).

Como defende Mauluquela (2009: 7), o processo de saída de casa para a rua não acontece de forma abrupta, mas sim gradual. Essa saída está relacionada com algum contacto com a rua que a criança vai tendo, seja através de trabalho infantil ou do convívio com outras crianças ou jovens, seja da forma como percebe o risco e quais os recursos que tem ao seu alcance.

Desta forma, só por si a pobreza ou a violência não são motivos para a evasão da criança. Estes, aliados com outros factores como a “perda de referências resultante de um acontecimento repentino” (Mauluquela, 2009: 7), não são suficientes para caracterizar as crianças de rua, uma vez que essa caracterização também depende do sentido que a criança e o meio envolvente lhe dão. “Pensamos que a identificação do sentido das acções e das rupturas que a criança faz com o seu meio familiar, com a rua e/ou com o meio institucional é indispensável para a compreensão do fenómeno da criança *da rua*” (Mauluquela, 2009: 7).

4. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

É perceptível que as crianças em situação de rua protagonizam um problema social, sendo este um caso de exclusão social com maior vulnerabilidade pelo seu estatuto de criança. Desta forma, os assistentes sociais tornam-se de grande relevância para a resolução da problemática e para a restituição da dignidade destas crianças, dando-lhes as condições desejáveis para o seu normal desenvolvimento.

Gama (2011: 14) descreve o Serviço Social como uma profissão que “procura satisfazer as necessidades totais do homem, tendo uma função integradora e mediadora entre as instituições, outros profissionais e os indivíduos”. Para que esta função possa desempenhar-se da melhor forma, a comunicação e o diálogo são essenciais e, para isso, é importante que o conhecimento sobre as crianças em situação de rua seja do mais completo e correcto possível. A harmonia destes dois factores vai permitir uma melhor intervenção com este grupo alvo, tornando possível uma relação de maior proximidade e confiança que permita trabalhar em conjunto o projecto de vida da criança (Gama, 2011: 14). A autora defende que, para uma intervenção mais eficaz e completa, é fundamental o trabalho, não só dos assistentes sociais, mas também de outros profissionais para que criem equipas multidisciplinares de apoio às crianças em vários campos.

Uma das formas de intervir do Serviço Social e que conta como uma das estratégias mais importantes na área é a *advocacy*. Nas palavras de Kaminski & Walmsley (1995, citados por Schneider & Lester, 2001: 58) “*advocacy* is one of the activities that may distinguish social work from other helping professions”. Para que esta seja bem desenvolvida é necessário que os profissionais saibam qual o significado de *advocacy* e como a podem pôr em prática. A *advocacy* está inerente à profissão do Serviço Social, uma vez que esta também tem como objectivo a defesa dos direitos dos grupos mais vulneráveis de forma a provocar mudanças que os beneficiem. Schneider e Lester (2001) apresentam os pontos de vista de vários autores tentando mostrar como *advocacy* é um conceito complexo, abrangente e difícil de definir. Para Kutchuins e Kutchuins (1978, citados por Schneider e Lester, 2001: 58) *advocacy* pode ser utilizado para definir várias profissões da área social. No caso de Bull (1989, citado por Schneider e Lester, 2001: 58) este considera ser mais fácil pôr *advocacy* em prática do que a definir. Os autores levantam ainda outra questão, uma vez que *advocacy* é visto, por alguns, como algo individual e, por outros, como algo que deve ser usado para ajudar grupos ou determinadas classes (Schneider e Lester, 2001: 58). Depois de várias interpretações e sugestões de definição do conceito, Schneider e Lester (2001: 58) questionam “So, who is right? Isn't *advocacy* simply "speaking up"?”. Para conseguir responder, criaram onze

dimensões provenientes de noventa definições. De seguida irão ser apresentadas aquelas que pareceram mais pertinentes, considerando o trabalho desenvolvido.

De forma a facilitar o diálogo e de promovê-lo, Gama (2011) sugere que os profissionais de Serviço Social sejam mediadores entre as instituições e as crianças. Nas palavras da autora “a mediação facilita o diálogo, promove a responsabilidade, a autonomia, a iniciativa e o respeito para com os outros, sendo isso um importante elemento para a promoção dos direitos humanos” (Gama, 2011: 14). Um dos objectivos dos assistentes sociais apontado pela autora é a transformação que estes devem fazer no meio onde se verificam os problemas sociais. Para a autora “não se trata de fazer o bem, nem de adaptar o homem ao seu meio”, mas sim transformar a sociedade e a realidade dos indivíduos, alterando a sua forma de enfrentar os obstáculos (Gama, 2011: 14).

Neste seguimento, a primeira dimensão apresentada por Schneider e Lester (2001) é “pleading or speaking on behalf of” que define *advocacy* como a actividade de falar ou interceder em nome de outro (s). Nas palavras de Amidei (1991, citada por Schneider e Lester, 2001: 60) *advocacy* “just means to speak up, to plead the case of another, or to champion a cause”. Miller et al. (1990, citados por Schneider e Lester, 2001: 60) acrescentam que a estratégia de *advocacy* é utilizada para falar em nome e pelo interesse de determinada população.

A segunda dimensão sugerida é “representing another”. Nesta dimensão, *advocacy* é definida como forma de representar um terceiro, defendendo os seus interesses e bem-estar como se fossem os seus. Matson e Mulick (1991, citados por Schneider e Lester, 2001: 60) completam esta dimensão dizendo que “Advocacy is ... the representation of the rights and interests of oneself or others in an effort to bring about change”.

Quando olhamos para as crianças em situação de rua e pensamos qual pode ser o papel de um assistente social, vemos que este é essencial para que a criança ou jovem se possa desenvolver. Assim, Gama (2011: 14) afirma que os profissionais têm a seu cargo a tarefa de procurar e promover a mudança na vida destas crianças, “(...) ajudando-os, desafiando-os a aprender, a ter sucesso e a servir”. Para além do trabalho com as crianças ou jovens, também é necessária uma intervenção na comunidade onde estes estão inseridos. Mais uma vez, cabe aos assistentes sociais fazerem essa ponte sensibilizando e dando formação às comunidades para que estejam preparadas para acolher e acompanhar as crianças de forma a não serem expostas novamente aos mesmos ou outros riscos que surjam. Através deste trabalho torna-se possível iniciar “(...) o processo de reflexão sobre o papel da sociedade na promoção da inclusão activa” levando a resolução do problema para uma macro-escala podendo assim evitar o surgimento de novos casos (Gama, 2011: 14).

Na mesma linha de pensamento, surge a terceira dimensão que é apelidada de “promoting change” e tem como principal objectivo melhorar e transformar as condições de determinados grupos da sociedade. Como afirmam Woodside e Legg (1990, *citados por* Schneider e Lester, 2001: 61) “primary focus of an advocate is to promote change in the environment for the best interest of the other”. Payne e Pezzoli (1977) vão mais longe definindo *advocacy* como uma forma de auxiliar grupos desfavorecidos e mais susceptíveis à injustiça social, através da melhoria das suas condições. Esta dimensão é também considerada como um trabalho para “effect changes in policies, practices, and laws that affect all people in a specific class or group” (Litzelfelner e Petr 1997, *citado por* Schneider e Lester, 2001: 61).

A quarta dimensão é “securing social justice” que, à semelhança de todas as dimensões já apresentadas, tem como objectivo defender os direitos dos mais vulneráveis e desprotegidos. No entanto, esta dimensão contempla o pormenor de ser um “device for increasing pressure against social structures to achieve social equity and justice” (Lourie 1975, *citado por* Schneider e Lester, 2001: 62).

Por último, a quinta dimensão escolhida é “identifying with the client”. Tendo em conta que é consensual que *advocacy* é uma estratégia em que o profissional age em nome de outro (s), há autores que consideram que só é possível pô-la em prática quando há uma identificação do profissional com a causa do cliente. Schneider e Lester (2001: 63) explicam como sendo “putting oneself in the footsteps of the client and experiencing life from this perspective”.

Para Schneider e Lester (2001: 64), o Serviço Social sempre se moveu pelo impulso “to assist others, to change the order of things, to overcome injustice, to prioritize human needs and rights, to reduce suffering, and to promote the fullest, actual potential of each person”. Estas premissas ligadas ao Serviço Social mantêm-se e, nesse sentido, é sugerida uma nova definição de *advocacy* que tem em consideração as várias dimensões abordadas anteriormente. Assim, “social work advocacy is the exclusive and mutual representation of a client(s) or a cause in a forum, attempting to systematically influence decision making in an unjust or unresponsive system(s)” (Schneider e Lester, 2001: 64).

Ainda que as crianças em situação de rua possa ser um problema a nível global, espalhado por várias partes do mundo, é preciso ter em conta as particularidades de cada país ou região pois há necessidades que vão além daquelas que são sentidas em qualquer parte do mundo (Gama, 2011: 14). Como foi referido há pouco, esta é uma questão de especial vulnerabilidade tendo em conta a população que afecta. Assim, a vulnerabilidade é uma das particularidades mais presente nestes grupos. Nas palavras do PNUD (1997: 13) “a vulnerabilidade tem duas faces: a exposição a choques externos, como o stress e o risco, e

internos, como a falta de meios para enfrentar determinadas situações sem sofrer perda prejudicial”.

Se a vulnerabilidade é uma das particularidades que pode ser associada às crianças em situação de rua, Gama (2011: 15) aponta a marginalização como outra e considera que esta pode gerar a primeira, ainda que “(...) nem todos os indivíduos vulneráveis sejam marginalizados”. No entanto, a marginalização não deixa de ser mais uma das particularidades destes grupos, seja em que sítio for. Esta marginalização pode ser de vários tipos: exclusão social, do mercado de trabalho ou política, afastando estas pessoas da oportunidade de qualquer tipo de participação na sociedade da qual fazem parte.

Como foi abordado anteriormente, as crianças em situação de rua têm alguma tendência em criar “(...) um forte espírito de grupo em regime de auto-ajuda” (Gama, 2011: 15). Para a autora, isto deve-se a vários factores que as crianças têm em comum como a pobreza, a baixa auto-estima e sofrimento pessoal, a saúde e educação negligenciadas, etc. Tendo em conta as características destes grupos e as particularidades de cada cultura e região, Gama (2011) sugere a internacionalização da actuação dos assistentes sociais para que se encontre a melhor solução para estas crianças. Assim “(...) o Serviço Social necessita de uma estrutura internacional que encoraje os seus membros em todo o mundo a participar na troca mútua de conhecimentos, experiências e abordagens” (Gama, 2011: 15).

Para a mesma autora, esta é a única forma de progresso para o Serviço Social. Uma vez partilhados e integrados os conhecimentos dos vários países, a intervenção fica mais rica e “só assim conseguiremos desenvolver um Serviço Social à escala mundial que reflecta os mesmos valores, objectivos, métodos e práticas” (Gama, 2011: 16). No entanto, a autora deixa um alerta: uma vez que a cultura ocidental e oriental não é a mesma, é preciso avaliar cada comunidade e as suas características.

Já caracterizámos estas crianças anteriormente e, apesar de apresentarem problemáticas com contornos semelhantes, se formos conhecer a realidade de cada criança mais a fundo, compreendemos que apresentam problemáticas muito próprias e que deixam marcas únicas. Desta forma, a intervenção dos assistentes sociais deve ser “(...) de uma forma não generalista, tendo em conta as necessidades e capacidades de cada menor” (Gama, 2011: 16).

Acima de tudo, e considerando os estereótipos e preconceitos que estão muitas vezes associados a estas crianças, Gama (2011: 16) afirma que “(...) o assistente social deve conservar a objectividade e virar as costas às ideias e aos preconceitos que dissimulam a realidade”. É importante que o assistente social não se deixe iludir por estas ideias pré-concebidas, mas antes aprofunde as questões que lhe são inerentes “(...) no sentido da

compreensão dos fenómenos, causas e consequências” (Gama, 2011: 16). Uma forma de evitar a chegada das crianças às ruas, é trabalhando a problemática na sua origem e causas. Só assim é possível evitar que muitas outras se juntem às que já existem. Dessa forma, o assistente social estará a trabalhar em prol da defesa da criança e dos seus direitos, uma vez que indo viver para a rua ou vivendo maioritariamente da rua, estes ficam postos em causa (Gama, 2011). Esta intervenção precoce ajuda a prevenir aquilo que Stoeckin (2003, *citado por* Gama, 2011) aponta como perigo. Tendo a criança chegado à rua, a sua recuperação torna-se mais difícil, pois “ultrapassando a fase de aceitação e consequente integração, a criança sente-se compreendida, inclusivamente apoiada”, o que a leva a criar o sentido de “casa” e “família” com aqueles que agora partilham o mesmo espaço e o mesmo modo de vida (Gama, 2011: 16).

5. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Nas palavras de Otway (1996, *citado por* Gama, 2011: 31), a prática e a investigação em Serviço Social andam de mãos dadas, uma vez que ambas pretendem encontrar a solução para os problemas sociais.

Tendo em conta os objectivos que definidos inicialmente, o paradigma escolhido foi o qualitativo uma vez que é do nosso interesse compreender as razões que levaram estas crianças a ir para a rua e, mais tarde, a tomar a iniciativa de regressar a casa, a partir das suas histórias de vida. Este é também o paradigma mais adequado para compreender “(...) os percursos de rua e aceder aos significados dados por estes actores” (Azevedo, 2014: 45). Nas palavras de Coutinho (2013: 17) o paradigma qualitativo é orientado pela “(...) compreensão, significado e acção”.

A autora vai mais longe e afirma que esta abordagem procura mergulhar no mundo íntimo dos sujeitos de forma a perceber as interpretações que os mesmos fazem das várias situações que lhes acontecem. Como o que está em causa é a compreensão do significado dos comportamentos não é possível medir este através das abordagens típicas das ciências naturais, pois os resultados não são mensuráveis, ou seja, a objectividade dos resultados não pode ser a mesma (Coutinho 2013:18).

Como defende Usher (1996, *citado por* Coutinho, 2013: 18) é essencial “(...) ir buscar os significados profundos dos comportamentos que se constroem na interação humana” e que haja interacção entre o investigador e aquele que é investigado. Esta interacção é necessária para que ambos se adaptem ao comportamento um do outro e interpretem os comportamentos à luz daquilo que conhecem. A relação entre os dois intervenientes é apelidada de “dupla hermenêutica”, ou seja, fazem-se interpretações de interpretações e, opondo-se à investigação típica das ciências naturais, quer quem investiga, quer quem é investigado tem a oportunidade de ser “intérprete” e “construtor de sentidos”. Como diz Coutinho (2013: 19) “a produção de conhecimento é assim concebida como um processo circular, iterativo e em espiral, não linear e cumulativo como retratado na epistemologia positivista”, ou seja, as contribuições dos dois lados vão permitindo que o conhecimento se construa e complete.

A perspectiva qualitativa apresenta duas dimensões: a conceptual e a metodológica. Quando falamos do conceito entendemos que esta perspectiva se interessa pelo estudo das ideias e dos significados que estão por trás das acções dando também importância às “(...) interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2013: 28). A segunda dimensão diz respeito ao tipo de natureza da investigação, sendo esta

a indutiva uma vez que “... tenta compreender a situação sem impor expectativas prévias ao fenómeno estudado” (Mertens 1998, *citado por* Coutinho, 2013: 28). Numa investigação com esta natureza, a teoria surge após a recolha e análise dos dados. Assim, e como reforçam os autores Miles & Huberman (1994, *citados por* Coutinho, 2013: 29), a teoria é fundamentada na observação e atribuição de significados por parte dos sujeitos e “(...) não nas concepções prévias do investigador que estatisticamente as comprovaria e generalizaria”. De forma muito concreta as palavras de Pacheco (1993, *citado por* Coutinho, 2013: 29) resumem esta perspectiva como aquela que “não aceita a uniformização dos comportamentos mas a riqueza da diversidade individual”. Este pensamento vai na mesma linha de Weber (s.a, *citado por* Moreira, 2007: 31) que diz que as ciências sociais são orientadas para o indivíduo, tendo como método compreendê-lo. Moreira (2007: 32) reforça a ideia de que o importante é a interpretação: “entender o objectivo da acção, captar as dimensões do propósito e intenção da acção humana”. O autor menciona ainda outro factor importante que é a “identificação com o outro”. Só se pondo no lugar do outro conseguirá compreendê-lo em maior plenitude. Essa compreensão é a nível da motivação do indivíduo para agir e do significado que atribui às mesmas.

5.1. Campo empírico

A instituição onde decorreu o trabalho de campo chama-se Lar “Ana Jetu – I Nostri Figli”. “Ana Jetu” é uma expressão em cokwé, tribo com maior presença no Moxico, que significa “Nossos Filhos”.

O projecto do Lar surge em 2012 pelas mãos do *Volontariato Internazionale per lo Sviluppo* (VIS) juntamente com a Diocese de Luena, pelas mãos de Dom Tirso, bispo de Luena. O VIS é uma organização não-governamental sem fins lucrativos (ONG) que actua em vários países do mundo onde trabalha a cooperação para o desenvolvimento e a solidariedade internacional (site do VIS, 2018). Além disso, é também um órgão educativo que investe na “(...) promoção das capacidades pessoais e no bem-estar social através de ações educativas e formativas, (...) em condições de conflito” (VIS, 2012: 4). Inspirado em princípios cristãos, o VIS faz parte da família Salesiana no âmbito da ajuda humanitária e do desenvolvimento humano sustentável (VIS, 2012: 4). No trabalho que desenvolve, a organização tem especial atenção com “(...) as crianças, raparigas e jovens guiado pelo carisma de Dom Bosco e pelo «sistema preventivo» que este concebeu” (site do VIS, 2018). O objectivo principal do VIS é erradicar a pobreza e acabar com a situação actual de desigualdade e injustiça mundial, baseando-se na visão de que devemos viver num “(...) mundo em que cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos e participar da vida

da comunidade de maneira digna e activa estimulando o seu desenvolvimento” (site do VIS, 2018). Dito isto, o VIS tem como missão incentivar o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, especialmente crianças, raparigas e jovens mais vulneráveis, oferecendo educação, formação, oportunidades de trabalho e competências para que saibam proteger os seus direitos. A educação é muitas vezes o foco principal das organizações que trabalham em países em desenvolvimento, pois além de permitir o desenvolvimento de cada ser humano, permite ainda aumentar as suas capacidades, caminhar para a igualdade de oportunidades e, conseqüentemente, lutar contra a discriminação (site do VIS, 2018).

Se olharmos para o trabalho desenvolvido pela organização na República de Angola, vemos que tem sido sobretudo com as crianças em situação de rua, numa tentativa de os retirar dessa situação, devolvendo-as a casa ou integrando-as em lares de acolhimento. Além disso, o VIS trabalha também junto das pessoas da comunidade dando-lhes formação para que as mesmas possam assegurar esse trabalho. Isto foi uma primeira fase. A seguir seguiu-se a prestação de apoio psicológico para as mesmas crianças e jovens e, posteriormente, a autonomização (site do VIS, 2018). Actualmente, está em vigor a 3ª fase da intervenção que tem como objectivo promover o diálogo entre as instituições locais, a participação da sociedade civil angolana e o incentivo a programas nacionais para a protecção de crianças em situação de rua (site do VIS, 2018).

Previamente à criação do Lar, foi realizado um diagnóstico para fazer o levantamento das questões que se prendiam com as crianças em risco na província do Moxico e o VIS destacou quatro pontos: o crescimento do fenómeno das crianças de rua na cidade de Luena; a inexistência e pouca preparação dos serviços sociais de apoio às crianças; fraca coordenação dos serviços existentes e autoridades locais; e, por fim, famílias com a situação económica e social muito fragilizada, o que levava à auto-exclusão (VIS, 2012: 13).

Para além de acolher, a Casa – Família propõe-se a formar e sensibilizar não só as crianças, como também as suas famílias promovendo a reintegração familiar e escolar (VIS, 2012: 4). De forma a que pudesse ser dado um melhor acompanhamento, o projecto teve como preocupação inicial encontrar um casal para ficar a viver na casa com as crianças com o objectivo de criar um ambiente semelhante ao de uma família. A casa foi construída mantendo a simplicidade das habitações típicas das famílias naquela zona, com a intenção de “evitar que as crianças se tornem dependentes das comodidades, e que isso possa, no futuro, dificultar a sua reintegração nas suas famílias de origem, geralmente muito pobres” (VIS, 2012: 15). Foi preocupação do VIS e da Diocese de Luena garantir que eram criadas condições para acolher os rapazes de rua, mas também um número maior de crianças que

estivesse em situação de risco e beneficiasse com actividades, podendo recorrer ao Lar para passar os seus tempos livres, contrariando a vida de rua (VIS, 2012: 16).

5.2. Universo e amostra

O objecto de estudo desta investigação é composto por uma amostra de nove meninos pertencentes a um universo de treze, que viviam na instituição. Dada a sensibilidade do tema a ser tratado e das limitações de algumas das crianças para falar sobre o seu percurso de vida, a amostra foi escolhida consoante a capacidade cognitiva e maturidade das crianças. Além disso, duas das crianças que ficaram de fora da investigação estiveram mais ausentes durante as actividades desenvolvidas e os próprios momentos de entrevista, levando-as a não quererem participar. Com os critérios acima mencionados, podemos afirmar que se constituiu uma amostra não probabilística por intencionalidade.

Todos estes meninos tiveram um percurso de vida semelhante que os conduziu a uma instituição que acolhe e apoia crianças de rua do sexo masculino. Os rapazes que compõem a amostra foram entrevistados e partilharam, numa entrevista semi-estruturada, as suas histórias de vida de forma a ajudar a compreender os motivos que os levaram a sair de casa e, posteriormente, a querer voltar. Através dos seus testemunhos foi possível desenhar o perfil e compreender quem são estes meninos e o que querem.

De forma a criar uma ligação com as crianças, o trabalho no terreno envolveu a realização de algumas actividades prévias à fase de entrevista. Nessa fase, foi possível observar os comportamentos dos rapazes em diferentes contextos, alguns mais formais e outros mais descontraídos.

5.3. Técnicas de recolha e tratamento de dados

No caso deste trabalho, a técnica utilizada será o inquérito em forma de entrevista. Esta técnica é mais comum na investigação qualitativa, uma vez que pretende obter informações de forma mais detalhada e em maior pormenor. Para que isso aconteça, os indivíduos investigados têm de ser escolhidos consoante o que é pretendido e não de forma aleatória (Coutinho, 2011: 139). Para Silverman (2000, *citado por* Coutinho 2011: 141) “as entrevistas são uma poderosa técnica de recolha de dados”, pois permitem uma maior interacção entre o investigador e o investigado, dando oportunidade ao primeiro de explorar as respostas dadas.

Dentro da definição de entrevista, Patton (2002, *citado por* Coutinho 2011: 141) prevê três tipos diferentes em relação à sua estrutura. No caso deste trabalho, as entrevistas realizadas enquadram-se nas semi-estruturadas, isto é, não são exclusivamente questões de resposta pré-determinada, mas também não cai no extremo de não existir um guião orientador. Assim, conta com uma mistura dos dois opostos, tendo questões de resposta mais objectiva e havendo abertura para surgirem questões novas consoante as respostas do entrevistado. Para além de semi-estruturada, as entrevistas que foram levadas a cabo foram, também, em profundidade. Nas palavras de Taylor e Bogdan (1998, *citados por* Coutinho 2011: 141), isto quer dizer que existiram vários encontros pessoalmente entre os indivíduos e o entrevistador para que a compreensão sobre os vários momentos e experiências fosse mais completa. Os encontros repetidos levam a um maior envolvimento entre as duas partes e, por isso, é necessária uma maior atenção às consequências desse acontecimento (Coutinho, 2011: 141).

A entrevista processa-se de um para um (entrevistador e entrevistado) e pode ser realizada através de diversos meios. Contudo, sendo realizada pessoalmente, traz à investigação uma maior autenticidade, pois é preciso ter em consideração que, quando a entrevista não é feita face-a-face, se perde informação uma vez que não são tidas em conta as reacções e linguagem não-verbal do entrevistado (Coutinho, 2011: 141).

Na elaboração da entrevista podem ser incluídas questões abertas, fechadas ou mistas. Para além disso, as entrevistas podem ainda variar no tipo de estruturação e profundidade. Quanto menos estruturada for, mais flexibilidade existe na formulação das questões, sendo que estas surgem do curso natural da entrevista (Silverman 2000, *citado por* Coutinho, 2013: 141). Quando se fala em profundidade, Taylor e Bogdan (1998, *citados por* Coutinho, 2013: 141) referem que, para uma maior profundidade, estas se caracterizam por encontros repetidos que conduzem a uma melhor compreensão dos acontecimentos através das palavras dos próprios entrevistados. Para além disso, Moreira (2007) afirma que numa entrevista de profundidade pode existir um tema inicial, a partir do qual surgem sub-temas podendo desenvolver-se mais ou menos consoante os entrevistados. Considerando as características das crianças, foi necessário desenvolver um guião semi-estruturado apesar de ter sido feito o esforço para que fosse uma entrevista em profundidade. O autor chega a declarar que com diferentes entrevistados, as entrevistas seguem percursos diferentes consoante o que cada indivíduo tem a contar. “Resulta, portanto, de tudo isto, uma extrema individualidade das entrevistas em profundidade” (Moreira, 2007: 204).

Coutinho (2011: 141) chama a atenção em relação à credibilidade do estudo tendo em conta a relação que se cria devido ao envolvimento intenso que é proporcionado pelos vários encontros.

Após a concretização da entrevista, é necessário proceder à sua análise e interpretação existindo para isso, técnicas de análise de conteúdo. Se possível, a transcrição da entrevista deverá ser devolvida ao entrevistado de forma a confirmar a informação que foi transmitida e garantir a exactidão da mesma (Coutinho, 2013: 142).

Outra técnica utilizada foi a observação que consiste na documentação de "(...) atividades, comportamentos e características físicas sem ter de depender da vontade e capacidade de terceiros pessoas" (Coutinho, 2011: 136). Como relembra Moreira (2007), a observação é uma actividade bastante presente no quotidiano dos seres humanos, pois estamos constantemente a observar e a captar aquilo que nos rodeia. Do ponto de vista da investigação, a observação pode ter duas dimensões. Para este trabalho optou-se pela dimensão não estruturada como é exemplo o "diário de bordo". Nesta dimensão da observação, não há uma grelha orientadora daquilo que se quer ou espera observar, mas são feitas anotações livres de tudo o que se observa. Outra designação utilizada é "observação naturalista" por se "observa(r) o que acontece «naturalmente»" (Coutinho, 2011: 138). Moreira (2007: 192) fala do mesmo método dizendo que o diário de bordo ou de campo é onde se anotam as impressões mais pessoais do trabalho de campo. No entanto, não é exclusivo para o relato de "(...) sentimentos e intuições do observador participante" (Moreira, 2007: 192) contando também com anotações sobre aquilo que é observado.

Relacionado com a observação surge o grau de envolvimento que o observador desempenha no próprio contexto. Angrosino (2012, *citado por* Coutinho, 2011: 138) sugere três categorias: "observação não obstrutiva", "observação reativa" e "observação participante". No trabalho desenvolvido, a observação utilizada foi a participante, uma vez que esta é definida por um investigador que "(...) assume um papel ativo e atua como mais um membro do grupo que observa" (Angrosino, 2012 *citado por* Coutinho, 2011: 138). No entanto, é importante referir que o investigador deve ter cuidado para não perder a sua credibilidade, visto assumir o papel de membro do grupo observado.

As questões de ética são de elevada importância no trabalho de investigação e há duas que se devem preservar na observação "o consentimento informado e a confidencialidade" (Coutinho, 2011: 138). Quer na técnica de observação, quer na técnica de entrevista ambas as questões foram tidas em conta. No caso da entrevista foram assinados consentimentos informados seja pelos entrevistados, seja pelo responsável dos mesmos, uma vez que eram crianças.

Por fim, é imperativo falar da análise de conteúdo, a técnica que permite analisar e, conseqüentemente, interpretar as entrevistas e diário de bordo. Os paradigmas qualitativos permitem que haja uma grande quantidade de informação e, por isso, é necessário criar uma

forma de organizar e seleccionar essa informação. Para Wiersma (1995 *citado por* Coutinho, 2011: 216) essa forma de organizar a informação chama-se “codificação” e é feita, maioritariamente, após a recolha dos dados, pois o autor defende que “as categorias emergem dos dados”. Isto é, olhando para a informação obtida é possível encontrar padrões e, posteriormente, definir categorias a partir desses.

Assim, podemos definir análise de conteúdo como “(...) um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior” (Coutinho, 2011: 217).

6. OS RAPAZES DO ANA JETU

6.1. Caracterização da amostra

Mas, afinal, quem são estes rapazes? Os rapazes que participaram na investigação fazem parte de um grupo de treze que está acolhido no Lar “Ana Jetu”. Têm idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos, havendo a excepção de um rapaz que tem 17 anos (E5). Em relação à escolaridade, cinco dos rapazes estão na 4ª classe e, em contexto de sala de aula, disseram estar todos na mesma turma. Os outros quatro rapazes estão na 2ª, 3ª, 6ª e 7ª classe, como pode ser observado no quadro 6.1.

Todos os rapazes são de bairros da periferia da cidade de Luena, excepto o E5 que vem do Congo. É exactamente pelo sítio de onde vem que se tornou a excepção do Lar. Como foi explicado anteriormente, o Lar acolhe rapazes entre os 8 e os 15 anos e durante o tempo em que se encontram na instituição é feito um trabalho de intervenção em paralelo com a família. Este acompanhamento pressupõe uma integração da criança na família assim que ambos estejam prontos para isso. Contudo, com o jovem do Congo o processo não sucedeu da mesma forma, uma vez que veio de outro país e a articulação com a família não foi possível.

Em relação aos interesses e gostos de cada um, são semelhantes entre si. Todos gostam de jogar à bola e a maioria tem interesse por outra actividade, como desenhar, pintar, animais ou brincar com brinquedos construídos pelos próprios.

Entrevistados	Idade	Classe/ Escola	Origem/ Zona de residência	Interesses	Relações familiares
E1	13	4ª na Escola do Manguxe	Bairro Zoro, Luena	Escrever, jogar futebol e pratica judo	Pais divorciados e ambos estão com outra pessoa, dois irmãos, irmão antigo residente do Lar “Ana Jetu”
E2	11	2ª na Escola do Manguxe	Bairro Zoro, Luena	Jogar futebol	Vivia com mãe, avó e quatro irmãos
E3	14	6ª	Lumege, Moxico	Jogar futebol e desenhar	Vivia com mãe, avó e dois irmãos, tem um primo no Lar “Ana Jetu”, pai e irmão vivem em Luanda
E4	14	4ª na Escola do Manguxe	Kauango, Luena	Jogar futebol, basquetebol,	Órfão de pai, vivia com a mãe e duas irmãs, tem um

				desenhar e pintar	primo no Lar “Ana Jetu”
E5	17	7ª na Escola de S. José	Congo (vive na República de Angola desde os 11 anos)	-----	Pais separados, veio com um irmão para a República de Angola
E6	13	4ª	Bairro 4 de Fevereiro, Luena	Brinquedos, carro, boneco, jogar telemóvel e jogar futebol	Vivia com mãe e o pai saiu de casa quando ele era pequeno, é o mais novo da família, tem um irmão no Lar “Ana Jetu”
E7	13	4ª	Kauango, Luena	Brincar com animais e basquetebol	Órfão de pai, tem três irmãos, vivia com a mãe
E8	10	3ª	Sangondo, Luena	Brinquedos, brincar com amigos e jogar futebol	Vivia com um tio e os primos, não sabe o paradeiro dos irmãos
E9	12	4ª na Escola do Manguxe	Bairro Mandenbwe, Luena	Jogar futebol, estudar, gosta de animais e tem um rato de estimação	Vivia com a mãe e três irmãos, o pai está em Luanda a trabalhar

Quadro 6.1. Caracterização da amostra da investigação com base nas entrevistas e diários de bordo

Tal como foi dito anteriormente, o senso comum atribui a estas crianças determinados estereótipos. As crianças e jovens em situação de rua são consideradas “(...) *mal-criadas, aborrecedoras, ladras, perigosas*, cuja actividade nas ruas tem como objectivo apenas *satisfazer caprichos de criança*” (Mauluquela, 2009: 7) e o mesmo pode ser comprovado neste discurso do coordenador do Lar:

“(...) uma das primeiras soluções que tentámos para este jovem (que tem 17 anos) foi a adopção mas, infelizmente, a reacção das pessoas ao facto de ser um menino da rua não foi a melhor, pois vêm com muitos vícios da rua como roubar, fumar, beber, drogar-se” (conversa informal registada nos diários de bordo)

Se apenas nos concentrássemos no quadro 6.1. e não tivéssemos em conta o contexto destas crianças e jovens, talvez aquilo que se evidenciasse fosse apenas que, para a idade que têm, estejam um pouco atrasadas a nível escolar. De outra forma, parecem enquadrar nas definições mais recorrentes da infância que prevêem que estas tenham como maiores interesses, actividades relacionadas com jogos ou brincadeiras. Este facto é facilmente explicado por algo que Bonamigo (1996, citado por Gama, 2011: 9) nos lembra e que foi

abordado no início deste trabalho: “as crianças de rua (...) enquanto adquirem habilidades imediatas de sobrevivência e se preparam para ser adultos, continuam a querer brinquedos, animais de estimação, exigindo privacidade para brincar”.

Nos próximos pontos iremos continuar a aprofundar alguns traços das suas personalidades e histórias que também fazem parte daquilo que os define.

6.2. História familiar

Seguindo o conselho de Penha (1996, *citado por* Bahu, 2013: 8), “(...) a ideia da criança em risco deve ser abordada, em primeiro lugar, a partir do cenário familiar”. Para conseguirmos compreender o porquê destes rapazes se terem refugiado na rua, é necessário conhecer as relações que mantinham com a família e os contornos das suas rotinas quando estavam em casa. Para o autor, estes podem ser “(...) um importante indicador para a existência de alguma vulnerabilidade e possibilidade de recurso à rua”.

Tal como nos é dado a entender na Convenção dos Direitos da Criança, as crianças são dependentes dos pais ou de um representante legal até atingirem a maioridade. Dependência essa que contempla que a alimentação e todas as necessidades físicas e psicológicas sejam atendidas por estes, uma vez que é da sua responsabilidade. Pelas palavras de Bahu (2013: 20) “(...) dado a vulnerabilidade inerente a uma criança, os pais deverão ser os principais responsáveis pelo seu sustento e desenvolvimento”. No entanto, os pais nem sempre têm as condições necessárias para prestar esse apoio, levando a crises dentro do seio familiar. Começamos por perceber qual a presença do pai e mãe no agregado destas crianças.

“Vivia com a mãe. Mas vivia com a mãe e o pai (...) o pai e a mãe se divorciaram. A mãe foi alugar outra casa (...) a mãe como está a viver com o padrasto” (E1)

“Com a minha mãe, a minha mana e a minha família. Toda a minha família. (...) O meu irmão também saiu de casa. Está em Luanda. Com o pai” (E3)

“Com a mãe (...) O pai já faleceu” (E4)

“Eu quando estava em casa vivia com a mãe (...) O meu pai de há muito tempo já morreu.” (E7)

“Com a mãe (...) Com muitos irmãos (3) (...) Ele está em Luanda (o pai)” (E9)

Como podemos verificar pelo discurso dos entrevistados, a maioria destas crianças não tem a figura paternal presente na sua vida. Tal como tinha sido afirmado por Mauluquela (2009: 15), o desmembramento das famílias, seja pelas dificuldades que encontram em educar os filhos ou por que partem à procura de melhores condições, influencia a fuga das crianças, pois é a solução que encontram para o sofrimento que vão acumulando no meio familiar. A estes factores junta-se ainda a morte do progenitor que, em meios menos desenvolvidos,

ocorre com maior frequência, seja pela falta de condições básicas, pouco apoio nos cuidados de saúde ou como consequência da guerra que assolou o país. Bahu (2013: 13) reforça esta tese através das palavras de Giddens (2004), pois este autor (...) refere que a grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distinto da época actual". Com isto, os autores chamam a atenção para o aumento do número de divórcios, que levou a um aumento das famílias monoparentais e, noutros casos, de famílias reorganizadas, isto é, segundos casamentos. Esta nova realidade leva muitas vezes a um aumento de desentendimentos e violência no seio familiar. Rocha (2009, *citado por* Bahu 2013: 13) di-lo da seguinte forma: "a maioria dos pais (...) esquecem-se que anteriormente a todos estes cuidados (básicos) é imprescindível tratá-los com carinho, amá-los, respeitá-los e compreendê-los".

Na opinião de Gomes (2010: 56) todas as famílias passam por bons momentos e por momentos de crise. Para fazer frente a estes últimos é necessário que haja "(...) relações familiares positivas e gratificantes entre os seus membros, é necessário que a família viva com «qualidade de vida»". Por todas as razões que já foram enumeradas, é notório que isto não acontece com estas famílias. Rodrigo (2008, *citado por* Gomes 2010: 57) define "qualidade de vida numa família" como um estado a que esta chegou em que "(...) consegue crescer, com afecto e segurança, perspectivando um futuro onde os seus elementos possam ser felizes e autónomos, transmitindo também esse sentimento aos que os rodeiam".

Quando questionados sobre a relação que mantinham com a família, esta está muitas vezes ligada ao motivo da saída de casa. Bahu (2013: 13) alerta-nos para este problema, pois considera que "(...) a degradação das condições de vida familiar surge como principal fator para o aumento dos comportamentos de risco e conseqüentemente para a existência de crianças e jovens *de/na*". A autora destaca três causas que podem estar relacionadas: "(...) a pobreza, os maus-tratos e a violência no meio familiar". Esta premissa é facilmente comprovada pelo discurso das crianças:

"Ela me andava a bater (...) Sim. Depois eu também senti raiva e vim aqui." (E2)

"Andavam a me falar muito" (E3)

"Andava a sofrer muito (...) Me batia muito (mãe)" (E4)

"Um tio queria-me bater e eu saí à noite. E agora, cresci e fiquei na cidade." (E9)

Existe apenas uma excepção. Quando todos referem que saíram porque eram maltratados pela família, fosse verbal ou fisicamente, o E6 afirma ter uma boa relação com a família. No caso deste rapaz, ele passava o dia na rua a trabalhar da parte da tarde para ajudar a família a arranjar sustento, sendo este o motivo da sua integração no Lar. Assim, fazia parte da categoria dos meninos em situação de rua que, apesar de não dormirem nesta, fazem uma

grande parte da sua vida lá. É claro ao longo da entrevista e pela própria postura que pude observar no Lar, que é um menino diferente e que recebe amor e carinho em casa. Sente falta da mãe e quer muito poder voltar para casa. Através deste exemplo, podemos relembrar as duas categorias que Le Roux (1996, *citado por* Sirgado 2017: 36) sugeria para a distinção das crianças em circunstância de rua. Essas duas categorias prendiam-se com o nível da sua relação com a família e a existência de abrigo na rua. Percebemos assim que, apesar de todas estas crianças se encontrarem em situação de rua, torna-se claro que esta em particular, pela relação que mantinha com a família e pelo motivo que passou a frequentar a rua com maior assiduidade, se enquadra melhor nas crianças *na* rua, pois tem sempre a casa da sua família como porto seguro, onde regressa no final do dia.

Em relação à rotina que tinham quando estavam em casa, todos têm em comum o facto de fazerem a sua vida na rua. Este facto vem comprovar aquilo que Mauluquela (2009: 6) defendia de que “(...) o processo de evasão de casa pela criança não ocorre de um dia para o outro (...) existe um contacto prévio com a rua que ocorre de várias formas – trabalho infantil na rua, uso da rua como espaço lúdico”. No caso da nossa amostra, metade ia à escola e a outra não. A maioria deles, mesmo depois das aulas, ia para a rua trabalhar. Alguns lavavam motas no rio (E3 e E7), outros ajudavam os pais na lavra (E5) ou carregavam caixas de refrigerantes (E2). Havia também o caso de um rapaz que por se sentir mal em casa, passava o dia na rua sem ir à escola ou trabalhar.

Este rapaz, o E8, vinha de uma realidade um bocadinho diferente. Era o único que vivia com um tio e não com os pais. Quando lhe foi perguntado sobre os pais e os irmãos não respondeu. Numa conversa informal que aconteceu com o coordenador do projecto, foram abordados os vários casos que já tinham passado pelo Lar e em que situação estavam neste momento. Confirmou que continuam a apoiar grande parte, embora de forma diferente. Além disso, afirmou que em alguns casos, as crianças voltam para a rua. Justificou este acontecimento com o facto de alguns voltarem para casa dos tios, e não dos pais, e que os primeiros, por não os acolherem como filhos não os tratam bem.

“O problema que se verifica muitas vezes é que os tios não cuidam deles e não lhes dão de comer. Assim a única solução que encontram é de voltar a viver na rua, indo apenas dormir a casa” (conversa informal registada nos diários de bordo)

Talvez por este motivo, o E8 tenha sido um dos que teve uma saída mais precoce de casa, em comparação com o resto do grupo como podemos observar no quadro 6.2.

Entrevistados	Idade de “saída” de casa	Idade de saída da rua	Idade actual
E1	12	12	13
E2	Não sabe	Não sabe	11
E3	8	11	14
E4	Não sabe	Não sabe	14
E5	11	12	17
E6	10	Não sabe	13
E7	11	Não sabe	13
E8	9	Não sabe	10
E9	10	11	12

Quadro 6.2. Idades dos entrevistados nas fases de transição com base nas entrevistas

Como se pode observar no quadro, alguns dos entrevistados não conseguem precisar no tempo a altura em que saíram de casa ou da rua. Este factor prende-se com a falta de maturidade derivada da idade, com o atraso no desenvolvimento decorrente da pouca estimulação que tiveram ao longo da infância e que não lhes permitiu fazer algumas aprendizagens básicas. Para além disso, podemos notar dois aspectos: o primeiro é que, comparando com o número de crianças que não sabiam a idade ao sair de casa, existe um maior número de crianças que não sabia a idade ao sair da rua; e o segundo é que não só não existem crianças que, desde o momento em que saíram de casa, tenham vindo a ter noção da sua idade como também existe um grande número de crianças que, sabendo a sua idade quando saíram de casa, a deixaram de contabilizar durante o período na rua.

Este último facto pode estar relacionado com a perda de noção do tempo que era mantida pela rotina familiar - rotina esta que colmatava o atraso e faltas referidos anteriormente.

Quando saíram de casa as reacções e sentimentos quer dos próprios, quer da família divergiram. Se para alguns foi um momento de alegria, “Não, eu fiquei mesmo alegre” (E7), para outros foi mais difícil deixar a família para trás, “Quando saí de casa senti mal” (E3). Alguns pais mostraram-se mais preocupados que outros, procurando-os na rua ou mesmo procurando ajuda no Lar “Ana Jetu” para que pudessem acolher os filhos, “Ela (mãe) andava a gostar como, para mim vir aqui (Lar)” (E6).

Actualmente, todos visitam a família ao sábado e/ou domingo, com excepção do E5, e afirmam que a relação com os vários membros é boa.

6.3. Vida na rua

Depois de conhecermos a família e as dinâmicas próprias de cada uma, passamos para o momento da vida destes rapazes em que viveram na rua. Para ser possível perceber a duração do período em que estiveram na rua (seja a viver e dormir – meninos de rua, ou a passar o dia – meninos na rua) foi-lhes questionado com que idade teriam saído de casa. A maioria recorda-se e as idades vão dos 8 aos 12 anos (quadro 6.2.).

Regressamos às definições trazidas no início do trabalho. Para enquadrar este grupo de crianças, distinguimo-los com dois critérios: crianças *de* rua e crianças *na* rua. As primeiras são aquelas que “(...) participam de modo completo da vida da rua, não apenas ao nível económico” e as segundas são “(...) aquelas que passam a maior parte do seu tempo na rua ou em mercados, geralmente, como crianças trabalhadoras. Elas mantêm uma ligação forte com a família, e retornam as suas casas a noite” (Mauluquela, 2009: 12). Neste grupo, ao contrário da ideia inicialmente formulada durante o processo de pesquisa, de que todos tinham o mesmo historial de viver na rua e não recorrer à família, encontramos os dois tipos de criança. Três dos rapazes iam dormir a casa no final do dia e os restantes dormiam:

“(...) em baixo das carruagens” (E1)

“Aí mesmo na estação” (E2)

“Não, em baixo do prédio” (E5)

“Aí mesmo na rotunda, aquela ao pé do quartel dos Bombeiros” (E7)

“Era ali ao pé da praça” (E9).

Contudo, dentro do grupo de crianças na rua podemos observar diferentes níveis de ligação à família. Enquanto o E6 usava a rua como fonte de rendimento para apoiar a família e mantinha uma relação de afecto com esta, o E3 e o E4 deram a entender que eram forçados a trabalhar para ajudar ou não se sentiam bem em casa e, por isso, usavam a rua como local de refúgio.

Como nos é dito pela teoria, a maioria das vezes estas crianças andam em grupo, por uma questão de identificação e sobrevivência. Por este motivo, durante a entrevista houve a preocupação de perceber se eles andariam sozinhos ou se teriam companhia. Aquilo que nos é dito por Aptekar (1991, *citado por* Gama 2011: 9) é que existem dois tipos de grupo. Este pode ter uma dimensão mais pequena e vive de relações de amizade ou ter uma dimensão maior sendo movido por razões económicas. Pelo resultado das entrevistas conseguimos observar algum equilíbrio. Alguns andavam sozinhos, outros tinham apenas um amigo e

outros estavam integrados em grupos. Um dos rapazes que andava em grupo partilhou esta experiência como sendo negativa, uma vez que admitiu não serem bons amigos completando

“Vão-me mandar roubar dinheiro (...) Se vão-me mandar, não vou aceitar e vão-me bater” (E9)

Pela categorização feita por Aptekar (1991) conseguimos constatar que este tipo de grupo teria maior interesse na sua sustentabilidade independentemente dos meios utilizados para a conseguir. Para este autor, a criação de grupos é também uma estratégia de sobrevivência. Luna (1991, *citado por* Gama 2011: 9) refere ainda que “(...) a criança em situação de rua desenvolve estratégias de sobrevivência, que se destinam obter alimentação, roupa, abrigo, a suprimir as suas necessidades imediatas”. Contudo, quando questionados sobre o assunto, os entrevistados centraram-se sobretudo em três: trabalhar, pedir comida ou dinheiro e receber ajuda de pessoas ou famílias que os encontravam. Apenas um mencionou ter tido necessidade de roubar quando sentia fome, “o mano trabalhava não sei se aonde e quando eu sentia fome roubava” (E5). Como nesta amostra também existem rapazes que não viviam na rua, estes iam a casa fazer as refeições, quando estas existiam.

Nem todos trabalharam enquanto viveram na rua. Muitos dos que o faziam, já tinham esse hábito de quando viviam com os pais. O tipo de trabalho era semelhante ao mencionado anteriormente. No entanto faziam também tarefas diferentes:

“Eu andava a apanhar bidons (...) de mineral” (E4)

“Quando acartava água”, “(...) me deixava com a casa dele para controlar” (E5)

“Vamos procurar sacos e bidons. Vamos vender e vamos levar dinheiro” (E6)

Dos nove rapazes entrevistados, apenas um ia à escola. Quando questionados sobre a rotina que tinham na altura em que viviam na rua, todos eles disseram que andavam pela rua à espera que o dia passasse, ocupados nos trabalhos que tinham para ganhar dinheiro e só o E6 falou em ir à escola. Mais uma vez, este factor pode ser entendido pela presença da família na vida desta criança que não vivia na rua, mas sim trabalhava depois das aulas porque queria ajudar a mãe a arranjar sustento para a família.

Por dificuldades inerentes à língua, quando os questioneei sobre o tipo de apoio que tinham na rua tive, na maioria das vezes, de usar o exemplo da doença para que me soubessem responder. Assim, uma grande parte dos rapazes assumiu ser ajudado pelos amigos ou recorrer à família. Dois dos rapazes disseram que quem os ajudava eram duas “manas” que os tinham encontrado e que lhes davam de comer e ajudavam quando estes precisavam. Dos nove rapazes entrevistados, três partilharam que não tiveram ajuda quando ficaram doentes: “Ninguém” (E5 e E9) e “Se eu vou ficar doente, ninguém vai-te ajudar.”; “Na cidade se vais

ficar doente, ninguém vai-te ajudar.” (E7). No entanto, o primeiro acrescenta que caso tivesse dinheiro, os amigos poderiam ir comprar a medicação.

As crianças em situação de rua estão muitas vezes associadas a alguns preconceitos que levam a que a população se afaste por as relacionar à delinquência ou a outros comportamentos desviantes, tal como nos diz Sirgado (2016):

Criança de Rua é um conceito sobre o qual tanto a comunicação social como vários autores se têm debruçado nas últimas décadas, muitas vezes associando situações de delinquência juvenil, prostituição infantil, toxicodependência e outros problemas sociais de comportamento desviado. (Sirgado, 2016: 35)

Assim, levantou-se a questão acerca dos olhares e trato dos transeuntes para com os entrevistados. No entanto, apenas um admitiu sentir olhares desagradáveis e mesmo ser maltratado: “Mal”; “Não me gostavam.” (E4). Houve ainda outro que afirmou que sentia indiferença, excepto dos colaboradores do Lar “Ana Jetu” quando faziam os giros na rua: “não ligavam”; “só os conhecido é que me davam um pouco de conselho.” (E5).

Outro dos estereótipos muito associado a estas crianças é o consumo de substâncias e os vícios. Aliás, os próprios colaboradores do Lar denominam-nos como “vícios de rua”. Por este motivo, aquando da escolha do local para construir o Lar, escolheu-se um terreno no bairro Mandenbwe, que fica na periferia da cidade de Luena, para que as crianças pudessem estar resguardadas da vida de rua que tinham na cidade e, de certa forma, facilitar o processo de largar os vícios (E.A.S). Para além da escolha de um local estratégico, na realização do regulamento interno este é um dos pontos incluídos, ou seja:

“As regras do Lar são as seguintes: primeiro, o menino que entra nesse Centro, ele deve deixar a cidade, deixar os vícios da rua. Um menino se bebia na rua, aqui no Centro ele não pode beber. Nesse Centro, o menino não pode fumar; o menino não pode chupar gasolina” (E.A.S).

Partindo deste princípio, pareceu importante integrar na entrevista este tema. Contrariando aquilo que seria esperado, com base nos relatos feitos pelo assistente social quando falava desta população e pela opinião generalizada da sociedade, praticamente todos os rapazes negaram ter tido qualquer contacto com o tipo de substâncias mencionado acima, mesmo sendo pressionados pelos pares:

“Nem fumei, nem beber, nem fumar/beber gasolina.”; “Sim, mas se há alguém que me obriga a fumar, eu nunca fumei.” (E7).

Apenas um dos entrevistados admitiu fumar com regularidade e beber durante o tempo que passou na rua:

“Sim, fumava”; “Liamba? Só experimentei uma vez.”; “Cerveja também já bebi.”; “Cerveja, kinky (whisky)”; “Não, whisky que vem no pacote.” (E5).

6.4. Vida no Lar

“A criança tem direito a ser protegida da situação de perigo que está a vivenciar e a ser acolhida numa instituição de acolhimento, onde possa obter resposta às suas necessidades específicas, ter protecção e um ambiente estável e securizante” (Gomes, 2010: 79). É exactamente por este motivo que surge o Lar Ana Jetu na vida destas crianças. Na República de Angola e, mais especificamente, em Luena, existe um número incerto e inquietante de crianças em situação de rua. Por este motivo, surge a necessidade de criar um abrigo para acolher aqueles que demonstram um diagnóstico aparentemente mais preocupante.

Tal como prevê Gomes (2010: 79), este acolhimento “(...) só deve substituir a família num tempo curto e transitório, actuando de forma reparadora”. A proposta do Lar é precisamente servir como centro temporário e acolher rapazes de rua, entre os 8 e os 15 anos (VIS, 2012: 16), com o objectivo de reabilitar e reintegrar as crianças nas suas famílias e comunidades. Na sequência do pensamento que Gomes (2010) nos transmite, o tempo desejado de permanência seria curto, neste caso, de seis meses. Contudo muitos dos rapazes ultrapassam esse período. Isso acontece quer por motivos escolares, para conseguirem terminar o ano lectivo na escola em que foram integrados, quer por não estarem preparados para a reintegração na família, estendendo a sua estadia por dois ou três anos.

O processo de intervenção inicia-se com um diagnóstico da situação da criança ou jovem, antes da entrada das crianças no centro de acolhimento ou lar residencial. Este só deve ser feito posteriormente “(...) quando a criança se encontra numa situação de perigo iminente” (Gomes, 2010: 153). No caso em estudo, este diagnóstico só pode ser elaborado posteriormente, uma vez que a estadia das crianças na rua é um factor de perigo iminente. O assistente social tenta explicar este processo:

“Nós temos alguns modelos de entrevistas. Com base naquelas entrevistas, levamos a cabo a sensibilização. Por exemplo o menino nos falava «eu não saía em casa porque estava a roubar» e eu tenho que mobilizar o menino para deixar a roubar. Procurar porquê, a causa, o que é que lhe incentivava para roubar. Se era problema de fome, a família não dava muita comida à criança, eu tenho de ir mobilizar aquela família para iniciar cuidar bem do menino e de não voltar a roubar.” (E.A.S)

Aquando da chegada de uma criança à casa, o projecto prevê que a integração seja feita de forma progressiva de maneira a não destabilizar aqueles que já residem no Lar. Além disso, está previsto que sejam lidos os regulamentos de funcionamento do Lar e que os vícios da rua deixem de ser praticados (E.A.S), tal como foi referido anteriormente. A integração deve ter em atenção as crianças que já residem no lar mas também aquela que chega de novo. No momento do acolhimento, a criança traz consigo uma história de vida recheada de momentos de sofrimento, de abandonos e muitas vezes, consequências de “(...) privações que afectaram o seu normal desenvolvimento em áreas fundamentais, o que na maioria das vezes deixa sequelas que dificilmente serão ultrapassadas” (Gomes, 2010: 153). A mesma autora explica a importância de dar a conhecer os regulamentos e as regras da nova casa, “(...) o conhecimento destas permite-lhes organizarem-se e lidarem com a sua angústia e ansiedade, elaborarem o sentimento de perda, diminuírem o sofrimento e aumentarem a probabilidade de se sentirem tranquilos e confiantes” (Gomes, 2010: 157).

Actualmente, o Lar “Ana Jetu” já não conta com o apoio do VIS, que terminou em 2016 (E.A.S), mantendo as portas abertas apenas com o apoio da Diocese de Luena. Apesar de ter capacidade para acolher quinze rapazes, ao momento da recolha dos dados, a instituição estava a acolher doze rapazes a tempo inteiro e um décimo terceiro que apenas ficava na instituição nos períodos de férias, uma vez que estava a frequentar um curso no Centro de Formação de Sacassange em regime interno. O Lar conta com uma equipa de cinco colaboradores: o coordenador geral, o assistente social, o casal residente no Lar que acompanha a rotina diária dos rapazes e que faz a vida familiar em conjunto com eles e dois filhos e, por fim, o operador da noite, que passa a noite no Lar e dorme na camarata dos rapazes, cinco dias da semana. Por vezes, o operador da noite acompanha o assistente social nos giros pela cidade para ajudar a dinamizar as actividades com os rapazes que estão na rua. Quando isso acontece, não faz o turno da noite, como é justificado pelo assistente social na entrevista (E.A.S).

De forma a compreendermos melhor o funcionamento do Lar e o acolhimento que é feito às crianças, o assistente social explica-o:

“Primeiro na rua: nós, o menino para entrar nesse Centro tem de passar a quatro vezes no encontro com o operador de rua. Lá na rua nós mobilizamos os meninos acerca dos objectivos e quando entra aqui no Centro, mobilizamos o menino e explicamos o objectivo do Centro, que significa, o Centro não é para abrigar o menino definitivamente (...) que significa nós vamos te formar mentalmente, te dar iniciativa, a base da educação, e você voltar na família para continua, a família continuar com a educação” (E.A.S).

Como podemos ver por esta afirmação, o objectivo principal do Lar é reintegrar a criança na família e ajudar, sobretudo, a nível educativo. O mesmo é afirmado por Mauluquela

(2009) baseando-se num estudo feito por algumas instâncias de Moçambique. Este estudo tinha como objectivo compreender o nível de conhecimento dos trabalhadores dos lares de acolhimento, acerca da problemática das crianças de rua. Daquilo que foi possível apurar,

(...) Existe entre os educadores e responsáveis dos centros de acolhimento (...) um conhecimento geral da situação da criança da rua, centrado na necessidade de satisfação das necessidades básicas das crianças e necessidades de formação profissional e ou vocacional. Mas aqueles pouco sabem sobre as necessidades psico-afectivas das crianças (Mauluquela, 2009: 5-6)

Neste contexto, podemos afirmar que muitas vezes esta lacuna surge pela falta de formação daqueles que trabalham em contacto directo com estas crianças. No caso estudado, o Lar Ana Jetu, conta com uma equipa sem formação teórica ou prática para o tipo de trabalho que desenvolve e estas dificuldades são relatadas pelo assistente social:

“Muitos dos problemas é a falta de compreensão, a falta de entendimento entre os meninos e alguns formadores. Por mim posso considerar que é a falta de matéria de nós, os formadores. (...) A falta da psicologia, de nós formadores, é a base das dificuldades dos meninos. Esses meninos precisam de alguém que tenha a psicologia ou a pedagogia mesmo para orientar.”
(E.A.S)

Apesar de, nos casos estudados, a idade de entrada dos rapazes em causa não ter sido sempre alvo de uma resposta concreta e segura, a totalidade dos casos que se viram capazes de responder revelou ter entrado no Lar entre os 11 e os 12 anos. Apesar da dominância desta resposta, esta situação não pode ser tomada como regra já que apresenta algumas excepções óbvias – nomeadamente dois rapazes que, ainda não tendo atingido os 11 anos, já viviam no lar. Ainda relacionado com a maneira como conheceram o Lar e a entrada dos rapazes no Lar, a forma como foram recolhidos da rua difere. Se para alguns, o responsável pelo encaminhamento até ao Lar foi o assistente social ou o coordenador do Lar à data, “Sim, depois me recolheu o professor (A.S) e viemos cá, no Centro.”; “Sim, o professor (A.S) e o professor (coordenador do VIS)”; para outros foi a polícia, “É a polícia” (E2); e, para outros foi ainda o irmão que já estava acolhido (E6). Apesar dos diferentes modos de entrada no Lar, todos eles tiveram algum tipo de contacto com o assistente social durante o processo. Tivesse sido encontros breves na rua ou aconselhamento com maior frequência. Este último facto, pode servir desde já como um indicador do potencial peso e influência do assistente social nas decisões e vida de cada um dos rapazes que se encontra a residir no Lar.

Os motivos para quererem ficar no Lar são bastante compreensíveis. Todos os entrevistados provêm de situações familiares complicadas, que os levaram a tomar medidas

drásticas e optar pela rua como local de (quase) exclusiva vivência. Por estes motivos, o Lar surgiu como salvação à situação em que cada um se encontrava. Todos o consideram como:

“Queria vir aqui porque aí me tratavam mal, não me metiam na escola e aquelas confusão que me faziam.” (E1)

“Sim, como vi sofrimento de mais, depois vim aqui. Depois começaram a me ajudar.” (E5)

“Aqui porque ando a comer bem, ando a fazer... qualquer coisa que vai fazer vão-te aceitar. Aqui vais ficar mesmo bem, então eu fiquei aqui.” (E7)

“Aqui é melhor” (E8)

“Para estudar.” (E9).

Quando questionados sobre a quem reconhecem o maior apoio que recebem, muitos responderam o assistente social como o principal seguido dos restantes colaboradores, tal como o coordenador actual e os colegas.

Do ponto de vista do assistente social, este reconhecimento deriva da relação próxima que estabelece com eles:

“Eu é que sou o encarregado de quase todas as actividades do projecto (...) as actividades do Centro – alfabetização, mobilização dos meninos, conselho e, por último, realizo as actividades de recepção familiar dos meninos, que demonstram interesse em viver com os familiares”

“(...) eu acompanho diariamente a sua evolução de desenvolvimento mental. Ao mesmo tempo educacional, desportivo e religioso” (E.A.S).

Além disso, considera que

“Eu não encontro muitos problemas com eles. Eu consigo entender porque a criança está assim. Consigo entender. Por eu, não tenho muitos problemas com eles (...) eles quando há problema, comigo me confiam que «ele vai resolver»” (E.A.S).

Tendo em conta a abordagem inicial por parte dos técnicos, a maioria dos rapazes não encontra motivos para fugir do Lar, pois foi por vontade própria que foram para lá. No entanto, um dos rapazes falou de um episódio de fuga que protagonizou. Este episódio foi desencadeado por maus tratos que o próprio disse ter sofrido da parte de uma monitora. Optou por não contar o que se tinha passado aos técnicos e a solução que encontrou foi fugir, repetindo assim o comportamento que o tinha levado à rua da primeira vez. Felizmente foi novamente encontrado e aceitou regressar ao Lar:

“(...) Apareceu mais um do quê? Do seminário. A falar para ver se dá para me levar no centro de noite. Estava a dormir na rua e falaram para me levar no centro. Me tiraram, me meteram no carro e me trouxeram aqui” (E3)

Apesar de não ter falado com ninguém sobre o que tinha acontecido, disse na entrevista não ter voltado a ter problemas semelhantes.

Aquando da construção do guião da entrevista, depois de fazer uma viagem pelo passado e presente destes rapazes, pareceu-nos importante falar também sobre o futuro com que sonham e de que forma é que as experiências que passaram até agora influenciam ou não aquilo que ambicionam. As respostas acerca da profissão que querem seguir são facilmente influenciadas por aquilo que conhecem e semelhantes às respostas típicas de crianças da mesma idade.

“Professor ou enfermeiro (...) Aqueles aí que trabalham no banco ou ser enfermeiro” (E1)

“Quero ser jogador” (E3)

“Quero ser agrónomo, engenheiro (...) Quero ser PIR, policia” (E5)

“Ou na polícia ou enfermeiro ou professor.” (E6)

“Na polícia.” (E8)

“Trabalhar (...) Jogador” (E9)

Como podemos ver, as respostas são semelhantes entre si. No caso do E5 este fala numa profissão mais específica tendo em conta a formação especializada que já recebeu. Além deste rapaz, o E3 quer, não só ser futebolista como: “Também quero ser como, assim, o professor R (coordenador do Lar) (...) Ter um centro como este” (E3). Esta resposta em particular parte da experiência que o próprio tem tido. Se a vida tivesse tomado outro rumo e este rapaz não tivesse passado por todos os momentos que o punham no Lar naquele momento, possivelmente com 14 anos não teria como sonho ter um Lar para acolher rapazes de rua.

Além destas respostas há também três entrevistados que manifestam o interesse de prosseguir os estudos sem indicar uma profissão concreta que querem seguir.

De forma a obter mais informação sobre aquilo que cada um ambiciona para o seu futuro, foi-lhes questionado sobre o tipo de coisas que gostariam de ter e falei sobre a possibilidade de constituírem família. Em relação ao primeiro tópico, apenas três rapazes responderam que gostariam de ter “carro (...) azul claro” (E4), “eu quero ter um carro (...) Hiace” (E6) e “casa (...) para a minha família” (E8). Em relação ao segundo tópico, dos nove entrevistados, seis responderam afirmativamente em relação a constituírem família e terem filhos. O entrevistado mais velho faz uma reflexão acerca deste ponto dizendo que: “Depende do dinheiro que vou ter ou das responsabilidades que eu vou ter” (E5).

6.5. Papel do assistente social

Como foi afirmado anteriormente, estamos perante um problema de exclusão social com especial vulnerabilidade pelo público-alvo de que se trata. Por este motivo, o papel do assistente social é de extrema importância e é perceptível, pelas entrevistas realizadas, que os meninos reconhecem essa importância e confiam na pessoa que desempenha essa função. Gama (2011: 14) defende que “a missão dos assistentes sociais é então procurar uma mudança na vida de cada um desses jovens ajudando-os e desafiando-os a aprender, a ter sucesso e a servir”. Para alcançar esta missão existem várias estratégias propostas pelo Serviço Social, como é o caso da *advocacy*. Esta estratégia pode ter diferentes definições e vertentes, como já foi explorado.

Seguindo as dimensões apresentadas na primeira parte deste trabalho, temos a primeira “pleading or speaking on behalf of” (Schneider e Lester, 2001: 60). Nesta dimensão, o profissional utiliza a *advocacy* para falar em nome de outro(s). Podemos observar esta postura no discurso do assistente social do Lar Ana Jetu, quando este diz:

“Por exemplo na matrícula. Algumas famílias têm dificuldade em matricular, não têm aquela capacidade de como abordar algumas personalidades das instituições, logo nós intervimos e fizemos a intervenção.” (E.A.S)

Neste exemplo, vemos como o papel do assistente social passa por mediar as relações entre a família e as entidades, intercedendo por esta junto das últimas. Isto acontece, uma vez que as famílias, muitas vezes, não se sentem capacitadas para abordar as entidades de forma a prestarem o melhor apoio aos seus filhos. Recordando Gama (2011: 14), “a mediação facilita o diálogo, promove a responsabilidade, a autonomia, a iniciativa e o respeito para com os outros, sendo isso um importante elemento para a promoção dos direitos humanos”.

Na sequência desta dimensão, surge a segunda que nos fala de “representing another” (Schneider e Lester, 2001: 60). Esta dimensão pode ser verificada no exemplo dado acima, mas também quando a intervenção que é feita na rua com as crianças ou com as suas famílias, se estende para a comunidade onde estas crianças pertencem. Como nos diz Gama (2011: 14) acerca da missão dos assistentes sociais, esta “(...) passa também pela sensibilização das comunidades e formação das mesmas para que a ajuda e assistência dos cidadãos às crianças em risco tenha resultados positivos”. Nesta linha de pensamento, o assistente social do Lar tem a mesma percepção daquilo que tem sido feito para fornecer um melhor apoio a estas crianças, sobretudo após a sua saída do Lar:

“Apelamos à comunidade, também aos vizinhos que vão estar lá para ajudarem a família a controlar e acompanhar a educação do menino. (...) Na primeira visita, depois da receção, nós temos essas perguntas. Chegamos e perguntamos à família se o menino participa num

desporto com os outros, se brinca sem problema, se o menino frequenta as aulas com os outros sem problema, se o menino está cada vez mais no grupo dos outros sem problema.” (E.A.S)

Desta forma, o assistente social está a interceder pelo bem-estar e interesse do grupo em causa assegurando que este tem a melhor rede de suporte possível. Através da criação desta rede, torna-se possível a mudança de comportamento, uma vez que mais agentes da comunidade estão sensibilizados para a causa e saberão como agir quando surgirem dificuldades ou obstáculos que possam conduzir as crianças e famílias a adoptar os mesmos comportamentos do passado.

Apesar dos autores terem sugerido várias dimensões dentro da *advocacy*, estas surgem todas interligadas como é exemplo da terceira e quarta dimensões: “promoting change” e “securing social justice” (Schneider e Lester, 2001: 61). Estas dimensões vão de encontro àquilo que foi falado anteriormente, dando papel de destaque à melhoria das condições dos grupos mais vulneráveis e fazendo pressão para que haja mudança das políticas sociais levando a uma maior equidade social entre todos. Daquilo que pôde ser observado, estas duas dimensões são as que estão menos desenvolvidas no projecto do Lar “Ana Jetu” pela falta de pessoal e formação para aqueles que já trabalham diariamente com esta população. Além disso, após vários anos em guerra, a República de Angola continua a trabalhar na recuperação económica e social, sendo a luta pelos direitos e mudanças nas políticas públicas um passo ainda distante. Por outro lado, as parcerias que existem com as escolas da área de actuação são uma forma de garantir melhores condições a esta população que, eventualmente pela falta de apoio familiar e comunitário, não teriam a oportunidade de prosseguir os seus estudos ou mesmo aprender um ofício que lhes venha a permitir criar melhores condições no futuro:

“Bom, alguns meninos que têm idade, nós temos parceria agora aqui com dois centros de formação profissional, Cidadela Jovem e Dom Bosco (...) Eles são inseridos lá (...) Nós damos as propostas. Por exemplo no Dom Bosco temos disponibilidade de três cursos: canalização, electricidade e carpintaria. Entre esses três cursos vocês escolhem (...) E cada qual escolhe o que quer.” (EAS)

Por último, a quinta dimensão abarca todas as outras e resume aquela que deve ser a postura do assistente social para com o seu público-alvo: “identifying with the client” (Schneider e Lester, 2001: 63). Para alguns autores só desta forma é possível defender verdadeiramente aqueles que necessitam, pois o profissional consegue pôr-se no lugar do outro e “(...) experiencing life from this perspective” (Schneider e Lester, 2001: 63). Como podemos interpretar pelo discurso do assistente social do Lar, é também esta a sua postura:

“Por exemplo com eu, eu não encontro muitos problemas com eles. Eu não encontro muitos problemas com eles. Eu consigo entender porque a criança está assim. Consigo entender. Por

eu, não tenho muitos problemas com eles. Podem violar, que compreendo porque está a fazer assim e eu sempre oriento (...) Comigo, muitos. 90% me respeitam.” (EAS)

Esta empatia que é criada entre o profissional e a criança ou jovem que precisa do apoio é muito importante para se conseguir chegar aos verdadeiros motivos que estão por trás dos comportamentos e assim, conseguir actuar em conformidade.

Na visão de Gomes (2010: 74-75) todas estas dimensões convergem para algumas funções específicas que um assistente social deve ter, tais como: orientar a intervenção a ser feita com a família biológica da criança; compreender as necessidades da família e quais os recursos disponíveis; elaborar o pré-diagnóstico (como foi mencionado anteriormente) e consequentemente o plano de acção; e, por fim, encaminhar quer a criança, quer a família para os apoios mais indicados à situação.

CONCLUSÃO

Chegado o fim do trabalho de investigação chega também o momento de reflectir sobre as conclusões que se retiram do mesmo.

Todos os rapazes residiam nas periferias da cidade de Luena, capital do Moxico, e viviam como a maioria da população: em casas de chapa, sem saneamento básico ou acesso a água potável (informações disponibilizadas através de conversas informais com o assistente social e coordenador do Lar).

O estado actual do país e o facto de ainda estar a recuperar de uma guerra que durou quatro décadas tem efeitos na educação, mais concretamente na destes rapazes, e nas estruturas familiares. Assim sendo, a recuperação pela qual o país está a passar já seria factor suficiente de influência na entrada tardia na escola, uma vez que há muita procura para pouca oferta, mas terem saído de casa em idades precoces levou a que todos os entrevistados ficassem vários anos atrasados no que diz respeito à escola. Em relação aos efeitos que esta instabilidade tem nas estruturas familiares, podemos identificar duas outras conclusões: a primeira é que a maioria destas crianças tem no seu núcleo familiar situações em que os pais estão separados, o pai faleceu, segundos casamentos por parte de uma ou das duas figuras parentais ou, ainda, ausência por parte do pai que foi procurar melhores condições de vida. Todas estas situações trazem sofrimento e instabilidade a estas crianças que não encontram conforto em casa, mas, antes pelo contrário, encontram uma preocupação acrescida em ajudar a procurar sustento. A ausência paterna é muitas vezes substituída por outro membro da família, como um tio ou um companheiro da mãe. As respostas dos entrevistados demonstram que nem sempre essas relações são positivas levando a que este seja mais um motivo que os leva a refugiarem-se na rua.

As preocupações com a educação e as estruturas familiares levam-nos a um primeiro objectivo. Este pede-nos a caracterização das necessidades e problemas destas crianças. Derivado da situação familiar, a maioria dos rapazes admite que o motivo da saída de casa se prende com dificuldades e incompatibilidades no relacionamento com a figura materna ou com o familiar que assume a mesma função, pois na forma de educar utilizam com frequência a violência física e psicológica ou forçam o trabalho para sustento do agregado. Assim sendo, a forma que estes rapazes encontram para fugir ao sofrimento é recorrer à rua total ou parcialmente. No entanto, o grupo de entrevistados apresenta uma excepção. Um dos rapazes que estabelece uma relação privilegiada com a família, participava na escola na parte da manhã, mas à tarde tinha necessidade de trabalhar para ajudar a família. Contudo, esta era uma vontade genuína do rapaz que não se sentia forçado pela mãe a fazê-lo. Este rapaz

entra no Lar de forma a que lhe sejam garantidas melhores condições, mas o seu maior desejo é poder regressar para a família.

A saída de casa acaba por se revelar dura e estas crianças não podem deixar de trabalhar porque, embora já não tenham de procurar sustento para toda a família, têm de o garantir para si próprias. Além disso, metade delas ia à escola enquanto estava em casa mas passando a viver na rua ficam em situação de abandono. É-nos lembrado pelos autores que, por estarmos a falar de crianças, e embora sejam forçadas a crescer mais rápido do que seria desejável, estas mantêm uma grande vontade e gosto pelas brincadeiras típicas das crianças das suas idades.

Percebemos que independentemente de se lembrarem da idade que tinham quando saíram de casa e da rua, nenhum dos rapazes esteve na rua mais do que três anos. Saber este período de tempo ajuda a contextualizar dificuldades que a criança apresente no seu processo de reintegração.

Assim chegamos a um segundo objectivo, que nos conduzirá à resposta à pergunta de partida: “compreender as trajectórias das crianças desde que deixam a família até à integração”. Como foi abordado na análise, nem todos os entrevistados se encontravam na mesma posição. Contrariamente ao pressuposto que foi adoptado, nem todos os rapazes viviam na rua, existindo alguns que apenas se serviam da rua durante o dia, regressando a casa para dormir, realizar as refeições que existissem ou em situações de emergência. Como foi amplamente explorado, dentro das crianças em situação de rua criam-se dois grupos, respectivamente: o primeiro que é apelidado de crianças de rua e o segundo apelidado de crianças na rua.

A vivência na rua acarreta para estas crianças vários estereótipos. No entanto, opondo-se ao que se poderia pensar sobre a forma como estas crianças são vistas ou tratadas na rua, apenas um dos rapazes menciona que se sentiu preterido pelos transeuntes. Podemos considerar que na amostra estudada esta realidade não é significativa para a maioria do grupo. Outros dos estereótipos associados a esta população são o consumo de substâncias e os vícios de rua. Mais uma vez, todos os entrevistados, à excepção do jovem mais velho, recusam esta hipótese. O caso deste jovem é um dos mais complicados pela sua proveniência. Veio da República Democrática do Congo com um irmão, que o abandonou mais tarde. Encontra-se desamparado e sozinho, ou seja, sem qualquer informação sobre o paradeiro da família e sem grandes perspectivas de futuro, uma vez que já ultrapassou a idade permitida para estar no Lar.

Por fim, o último objectivo fala-nos sobre o papel do assistente social na intervenção com as crianças de rua. Como foi explorado anteriormente, o assistente social é uma peça essencial para o resgate destas crianças da rua e posterior reintegração na família e sociedade. A estratégia que melhor descreve o trabalho desenvolvido pelo assistente social no Lar é a *advocacy*. Aquilo que foi observado e que o próprio afirma na entrevista é que, apesar do esforço e dedicação, desempenha a sua função com algumas dificuldades, sejam elas por acumulação de funções, pouca formação específica sobre a população com que trabalha ou pela falta de meios para conseguir fazer um melhor trabalho. Contudo, é ainda mais evidente o interesse que tem em ajudar estas crianças e a empatia que sente por cada uma, característica, diriam alguns autores, essencial à profissão. Vemos por este exemplo que, muitas vezes, os profissionais da área social encontram-se de “mãos atadas” com o volume de trabalho que têm, não conseguindo dar um suporte tão completo quando desejariam. Por outro lado, a multiplicidade de papéis leva a um maior contacto com estes rapazes permitindo que se crie uma relação de maior confiança e proximidade, tornando o assistente social como um adulto de referência para os entrevistados. Como mencionado acima, foi possível reconhecer algumas práticas de *advocacy*: pelo trabalho que desenvolvia com as crianças e com as respectivas famílias; a preocupação e proactividade em envolver a comunidade durante o processo; e, após a saída do Lar, o apoio que continua a prestar às crianças e famílias. Nestas dimensões podemos observar a mediação e a sensibilização da sociedade para esta problemática, o que pode ajudar a evitar a repetição dos comportamentos.

Relembrando a pergunta de partida, o objectivo deste trabalho é compreender a problemática destas crianças e por isso, perceber os motivos que levam estas crianças a sair de casa para depois tomarem a iniciativa de voltar. Após a análise das entrevistas, apercebemo-nos que a estadia no Lar não é vista como um plano a curto prazo mas sim como um local onde querem permanecer o máximo tempo possível por tudo o que isso representa: refeições mais regulares, uma cama onde dormir, alguém que goste e se interesse por eles, o acesso garantido à escola, a segurança, conforto e esperança de um futuro melhor que não encontram em casa.

Pelo discurso dos entrevistados é possível constatar que a integração no Lar permitiu que as relações familiares melhorassem e que a maioria dos rapazes possa agora visitar a família e manter relações positivas – este é um sinal de esperança para a equipa que trabalha com estas crianças e jovens, pois a futura integração é um caminho possível.

Em suma, fica claro que o principal motivo que levou os entrevistados a sair de casa é o mesmo que os faz aceitar a proposta do assistente social quando este os encontra na rua: a

procura por melhores condições de vida. Isto torna a possibilidade da reintegração familiar numa consequência e não numa causa.

Como qualquer trabalho de investigação, este também teve alguns constrangimentos e obstáculos ao seu desenvolvimento. De forma a evitar possíveis constrangimentos nos momentos de entrevista, foram realizadas actividades com os rapazes do Lar durante dois meses. Estas actividades pretendiam a familiarização com a linguagem corrente dos rapazes e a criação de uma relação de proximidade e confiança. Apesar da estratégia definida, uma das maiores barreiras foi a dificuldade na comunicação. Embora a língua materna seja a mesma, o vocabulário utilizado em contexto de entrevista pode não ter ido de encontro ao que estão mais habituados, criando uma barreira que levou ao desconforto por parte dos entrevistados, considerando que havia necessidade de insistir em algumas respostas que não eram perceptíveis à primeira. Para acrescentar à dificuldade linguística, o local disponível para a realização das entrevistas era muito pouco iluminado e tinha pouca privacidade, não permitindo que fosse criado o ambiente necessário à entrevista. Como seria de esperar, os momentos de entrevista foram, mais para uns do que para outros, momentos difíceis e de alguma confusão e incoerência no discurso. Os rapazes do Lar “Ana Jetu” passaram por experiências e momentos traumáticos e revê-los em entrevista não foi fácil, pois obrigou a mexer em assuntos sensíveis, os quais os próprios ainda não foram capazes de resolver.

No que diz respeito a dificuldades externas à investigação, surgiram algumas incompatibilidades, por motivos alheios ao trabalho, que puseram em causa a permanência no Lar. Por esse motivo, as entrevistas foram realizadas mais cedo do que o previsto, levando a que o contacto com os rapazes do Lar fosse ainda muito recente e, conseqüentemente, não estivesse construída a relação necessária para o tipo de entrevista pensado. Além disso, tendo sido escolhida a República de Angola como campo de investigação, a distância geográfica e a despesa financeira não permitiram que fosse possível regressar ao local de recolha de dados para recolher novas informações. Outra das consequências desta escolha para campo de investigação foi a falta de condições que permitissem um contacto mais regular com a orientadora.

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, Liliana Marisa Viera da Silva (2014), *“Okutiuka é minha casa”: Estratégias de inserção social de crianças e jovens com percursos de rua no Huambo*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL [Consul: 10-10-2017] Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/9038>
- Bahu, Urânia de Fátima de Oliveira Francisco (2013), *Crianças e jovens de/na rua. O caso do Município do Lubango*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL [Consul: 01-11-2017] Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7393>
- Carmo, Hermano (2000), Prefácio em Maria Conceição Pinto, *Criança em perigo e em situação de rua. Histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional
- Carvalho dos Santos, Ana (2012), *Crianças refugiadas: O princípio do melhor interesse da criança*, Dissertação de Mestrado em Direito Penal, Porto, Escola de Direito, UCP [Consul: 28-01-2018] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/13325>
- Clemente, Rosa Maria (1998), “Um novo olhar sobre a criança – Um direito novo de promoção de direitos e de protecção”, *Revista Intervenção Social*, (Online), n.º 17/18 [Consul 27/08/2018 em <http://hdl.handle.net/11067/4032>]
- Coutinho, Clara (2013), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática*, Coimbra, Almedina
- Enciclopédia “Geografia do Mundo” [Consul: 21-01-2018] pág. 204-209
- Gama, Maria Pizarro Monteiro Marques da (2011), *A Criança em Situação de Rua na Cidade de Lisboa: Construção como Problema do Serviço Social*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL [Consul: 02-08-2018] Disponível em <https://hdl.handle/10071/5138>
- Gomes, Isabel (2010), *Acreditar no Futuro*, Lisboa, Texto Editores
- Koppele, Brenda Engeliene (2012), *Crianças de rua em Angola: caracterização das suas expressões culturais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância, Minho, Instituto da Educação – Universidade do Minho [Consul: 07-08-2018] Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19537>
- Mauluquela, Eurice Agnela (2009), *Centros de acolhimento: uma tentativa de saída da rua? Um estudo sobre razões e objectivos de afluência das crianças da rua aos centros de acolhimento*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE [Consul: 15-11-2017] Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1892>
- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa
- Pinto, Maria da Conceição (2001), *Criança em perigo e em situação de rua. Histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional
- Sirgado, Matilde (2017), *Crianças em Situação de Rua. O caso do IAC – Projecto Rua «Em Família para Crescer»*, Lisboa, Edições Sílabo
- Schneider, Robert L. e Lori Lester (2001), *Social Work Advocacy: A New Framework for Action*, Belmont, Brooks/Cole, Cengage Learning.
- UNDP (1997). *Human Development Report 1997*, Nova Iorque, Oxford University Press

VIS e Diocese de Luena (2012), *Ana Jetu – I Nostri Figli - Iniciativas para a recepção de adolescentes e meninos de rua, formação e sensibilização para apoiar a família e promover uma cultura de educação.*

Site da Embaixada de Angola, consultado a 21 de Janeiro de 2018, em <http://www.embaixadadeangola.pt/#>

Site do Portal da CNPDPCJ, consultado a 22 de Janeiro de 2018, em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.02>

Site do VIS, consultado a 17 de Setembro de 2018, em <http://www.volint.it/vis/angola>

ANEXOS

ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTA SOBRE “HISTÓRIAS DE VIDA DAS CRIANÇAS DO LAR ANA JETU”

Objectivos gerais:

- Compreender o percurso do entrevistado desde que se lembra de viver com a família, passando pela fase em que viveu na rua, até querer voltar para casa;
- Compreender quais os factores que influenciaram a decisão de sair de casa;
- Compreender quem teve um papel importante no momento de aceitar ajuda

Blocos	Objectivos Específicos	Questões	Tópicos Orientadores
A – Legitimação da entrevista		<ul style="list-style-type: none">- Dar a conhecer os objectivos da entrevista;- Explicar a importância da participação do entrevistado para o sucesso do trabalho;- Salientar o carácter restrito do uso das informações prestadas;- Pedir autorização para gravar;	
B – Caracterização do entrevistado	Conhecer o entrevistado: origem, habilitações, interesses	<ul style="list-style-type: none">- Como te chamas?- Que idade tens?- Qual é o dia em que fazes anos?- Andas na escola? Em que ano?- És de que Província?- O que é que gostas de fazer nos tempos livres? / Como gostas de ocupar o tempo?	
C – Historial familiar	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer o seio familiar do entrevistado- Compreender qual o impacto da família	<ul style="list-style-type: none">- Com quem vivias quando estavas em casa?	

	<p>na tomada de decisão de sair de casa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como eram os teus dias quando estavas em casa? - Tens irmãos? - Eles sabem que estás aqui? - O que achas que eles sentiram quando vieste embora? E tu, o que sentiste? - Como era a tua relação com eles? Davam-se bem? - O que te levou a pensar em sair de casa? - Que relação tens neste momento com a tua família? - Costumas ver a tua família? (se não) Porquê? 	<p>Consoante as respostas dadas anteriormente</p>
<p>D – Vida na rua</p>	<p>- Compreender as condições em que vivia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Com quantos anos começaste a viver na rua? - Andavas sozinho ou tinhas companhia? - Saíste um dia de vez ou ao início voltavas a casa para dormir? - Como fazias para (sobre)viver? - Enquanto vivias na rua, onde dormias? - Trabalhavas? Em quê? - Podes descrever um dia em que estavas na rua, desde o acordar ao dormir? - Quem é que te ajudava se ficavas doente? E se tinhas algum problema? - Como é que as pessoas olhavam para ti e te tratavam? - Usaste drogas enquanto viveste na rua? (?) 	<p>Consoante a conversa, tentar perceber se ia à escola enquanto estava na rua</p>

E – Lar Ana Jetu	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber em que momento surge a necessidade de aceitar ajuda - Compreender o impacto do Lar Ana Jetu e dos técnicos/voluntários para a mudança de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Quando é que pensaste em sair da rua? - Quando/ como conhecestes o Lar Ana Jetu? - Porque é que quiseste vir para cá? - Alguém te ajudou a tomar essa decisão? - Quem é que te apoia no dia-a-dia? - Gostas de cá estar? - Já pensaste em ir embora? - Já tinhas tido ajuda noutra sítio? 	
F – Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber que sonhos e aspirações é que as crianças têm 	<ul style="list-style-type: none"> - Quando fores adulto, o que queres fazer? - Quais são os teus sonhos? 	<p>Ex. Família, emprego, casa, estudar</p>
G - Finalização da Entrevista			<p>Agradecer colaboração</p>

ANEXO B – PERGUNTAS GERAIS DE ENTREVISTA AO ASSISTENTE SOCIAL

PERCURSO DO ASSISTENTE SOCIAL

- Nome completo, idade, formação académica (que estudou?)
- Há quanto tempo é que é assistente social? Já trabalhou noutra instituição?
- Há quanto tempo é que está no Lar Ana Jetu?
- Que funções é que tem? Qual o trabalho que faz?
- Com quem é que trabalha? Outros profissionais e outras instituições?
- Dificuldades e constrangimentos no exercício profissional

LAR ANA JETU

- Como é que começou o Lar Ana Jetu? E quando? (falar sobre a história)
- Qual é a natureza jurídica?
- Onde é que se localiza? (nome do bairro)
- Quais são as fontes de financiamento?
- Qual é a missão do Lar? E os seus objectivos?
- O que propõem aos meninos quando vêm para o Lar?
- Quem é que é o responsável pelo Lar? Quem são os membros da equipa (colaboradores/formadores) do Lar?
- Como funciona o Lar? Quais as regras de funcionamento?
- Que trabalho faz com os meninos? Que acompanhamento é que têm?
- Quais são as problemáticas destes meninos?
- Como é que descreve a relação que tem com estas crianças? Continua a apoiá-los mesmo quando saem?
- Qual o projecto de vida destas crianças? Como se constrói?
- Qual a participação da criança?
- É possível descrever uma situação de sucesso na intervenção?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DOS RAPAZES



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

No âmbito do Mestrado de Serviço Social, está a desenvolver-se uma investigação sobre os meninos de rua no Moxico, em Angola. Com esta investigação pretende-se perceber os percursos de vida desses meninos e o que os fez sair de casa e, posteriormente, aceitar entrar num projecto que tem como objectivo fazer a reintegração na família.

Para isso, solicita-se a sua autorização para a participação dos meninos, uma vez que estes estão à sua responsabilidade, numa entrevista gravada onde irão ser feitas perguntas sobre o seu percurso até chegar à Instituição, a vida que faziam na rua e a estadia no Lar.

A participação na investigação é voluntária e os dados que forem recolhidos são confidenciais e anónimos, sendo apenas utilizados para o estudo em questão.

Se pretender algum esclarecimento sobre esta investigação, pode entrar em contacto através do e-mail mfcpf@iscte-iul.pt.

Se concorda com a participação nesta investigação, por favor assine o documento.

Nome: _____

Assinatura: _____ Data: __/__/__

SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR POR IDADE OU INCAPACIDADE

(se o menor tiver discernimento deve também assinar em cima, se consentir)

Nome: _____

BI/CC N.º: _____ Validade: __/__/__

Grau de parentesco ou tipo de representação: _____

Assinatura: _____

Obrigada pela colaboração!

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO ASSISTENTE SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

No âmbito do Mestrado de Serviço Social, está a desenvolver-se uma investigação sobre os meninos de rua no Moxico, em Angola. Com esta investigação pretende-se perceber os percursos de vida desses meninos e o que os fez sair de casa e, posteriormente, aceitar entrar num projecto que tem como objectivo fazer a reintegração na família.

Para isso, solicita-se a sua participação para uma entrevista gravada onde irão ser feitas perguntas sobre o seu percurso até chegar à Instituição, que trabalho realiza na mesma e a sua relação com os meninos.

A participação na investigação é voluntária e os dados que forem recolhidos são confidenciais e apenas utilizados para o estudo em questão.

Se pretender algum esclarecimento sobre esta investigação, pode entrar em contacto através do e-mail mfcpf@iscte-iul.pt.

Se concorda com a sua participação nesta investigação, por favor assine o documento.

Assinatura: _____

Data: _____

Obrigada pela colaboração!

ANEXO E – DECLARAÇÃO DO LAR “ANA JETU”



Casa Família – Ana Jetu

DIOCESE DE LWENA

Bairro Saídy Mingas, Rua SNº, Cxa Postal 88

E-mail: dioceseluena@gmail.com

Telemóvel: +244925881118/+244928609989

DECLARAÇÃO

Declaro por este meio que **María Francisca Cardoso Peres Franco Frazão**, aluna do Mestrado em Serviço Social na Faculdade de ISCTE-IUL, pode usar o nome da Diocese de Luena como também CASA FAMILIA – ANA JETU na sua dissertação que resultou da investigação efectuada nesta Instituição.

Luena, 22 de Maio de 2018.

A handwritten signature in blue ink that reads "Rui Manuel Kahilo Katumbi".

Rui Manuel Kahilo Katumbi

Coordenador Diocesano de Projectos Sociais e Casa Família – Ana Jetu